Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 2

Balanço Patrimonial Passivo 3

Demonstração do Resultado 5

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010 8

DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009 9

Demonstração de Valor Adicionado 10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 11

Balanço Patrimonial Passivo 12

Demonstração do Resultado 14

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 15

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010 17

DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009 18

Demonstração de Valor Adicionado 19

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho 20

Notas Explicativas 30

Proposta de Orçamento de Capital 90

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes 92

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - 94

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 96

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente 97

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2010
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	131.298.550
Preferenciais	0
Total	131.298.550
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1	Ativo Total	1.320.387	1.236.945	381.343
1.01	Ativo Circulante	779.303	696.338	94.990
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	543.336	526.735	12.282
1.01.03	Contas a Receber	200.697	135.142	64.611
1.01.04	Estoques	8.551	9.116	6.976
1.01.06	Tributos a Recuperar	17.204	15.693	6.479
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	9.515	9.652	4.642
1.01.08.03	Outros	9.515	9.652	4.642
1.01.08.03.01	Instrumentos Financeiros e Derivativos	19	0	850
1.01.08.03.02	Despesas do exercício seguinte	2.564	1.617	510
1.01.08.03.03	Outros Ativos	6.932	8.035	3.282
1.02	Ativo Não Circulante	541.084	540.607	286.353
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	48.736	72.955	76.256
1.02.01.03	Contas a Receber	0	63	0
1.02.01.06	Tributos Diferidos	28.905	46.157	24.572
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	28.905	46.157	24.572
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	7.568	6.131	41.378
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	12.263	20.604	10.306
1.02.01.09.03	Impostos a Recuperar	7.584	15.109	366
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	4.652	3.657	9.924
1.02.01.09.05	Outros	27	1.838	16
1.02.02	Investimentos	7.959	64.412	47.892
1.02.03	Imobilizado	173.614	148.816	117.553
1.02.04	Intangível	310.775	254.424	44.652

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2	Passivo Total	1.320.387	1.236.945	381.343
2.01	Passivo Circulante	128.912	171.509	90.959
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	34.296	37.648	26.321
2.01.02	Fornecedores	41.196	39.692	25.279
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	40.160	39.409	23.478
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	1.036	283	1.801
2.01.03	Obrigações Fiscais	13.927	20.292	12.121
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	7.786	13.925	9.209
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2.328	970	7.722
2.01.03.01.02	Impostos e Contribuições a Recolher	5.458	12.955	1.487
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	6.141	6.367	2.912
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	35.164	37.975	19.162
2.01.05	Outras Obrigações	4.329	35.902	8.076
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	3.578	35.187	8.030
2.01.05.02	Outros	751	715	46
2.01.05.02.04	Instrumentos Financeiros e Derivativos	507	13	0
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	244	702	46
2.02	Passivo Não Circulante	179.672	226.467	139.711
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	55.243	92.608	66.689
2.02.02	Outras Obrigações	83.354	105.031	28.924
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	19.089	31.639	16.856
2.02.02.02	Outros	64.265	73.392	12.068
2.02.02.02.03	Impostos e Contribuições a Recolher	64.264	72.228	12.068
2.02.02.02.04	Outros	1	1.164	0
2.02.03	Tributos Diferidos	33.258	13.241	2.716
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	33.258	13.241	2.716
2.02.04	Provisões	7.817	15.587	41.382
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	7.817	15.587	41.382
2.03	Patrimônio Líquido	1.011.803	838.969	150.673

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2.03.01	Capital Social Realizado	832.058	750.420	94.439
2.03.02	Reservas de Capital	1.196	1	1
2.03.02.04	Opções Outorgadas	1.195	0	0
2.03.02.07	Reserva de Capital	1	1	1
2.03.03	Reservas de Reavaliação	3.142	4.107	5.272
2.03.04	Reservas de Lucros	175.407	84.441	50.961
2.03.04.01	Reserva Legal	20.137	13.637	9.458
2.03.04.10	Reserva para Investimentos	155.270	70.804	41.503

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	853.589	613.234	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-493.595	-327.444	0
3.03	Resultado Bruto	359.994	285.790	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-192.879	-148.257	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-190.705	-153.694	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.744	22.908	0
3.04.04.01	Reversão de (provisão para) riscos	0	19.045	0
3.04.04.02	Outras Receitas	0	3.863	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.243	0	0
3.04.05.01	Reversão de (provisão para) riscos	-1.243	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-2.675	-17.471	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	167.115	137.533	0
3.06	Resultado Financeiro	27.051	-12.225	0
3.06.01	Receitas Financeiras	56.192	10.792	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-29.141	-23.017	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	194.166	125.308	0
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-64.165	-41.731	0
3.08.01	Corrente	-24.969	-32.803	0
3.08.02	Diferido	-39.196	-8.928	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	130.001	83.577	0
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	130.001	83.577	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,99	0,92	0
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,99	0,92	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	116.486	56.961	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	180.192	122.797	0
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	130.001	83.577	0
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	31.626	24.967	0
6.01.01.03	Plano de Opção de Compra de Ações	1.195	0	0
6.01.01.04	Custo Residual de Ativos Imobilizados Baixados	1.577	1.304	0
6.01.01.05	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.675	17.471	0
6.01.01.06	Juros e Variação Monetária	20.831	19.166	0
6.01.01.07	Juros Recebidos (Aplicação Financeira)	-53.351	-8.585	0
6.01.01.08	Impostos Diferidos	39.195	8.928	0
6.01.01.09	Utilização de Créditos Fiscais e Benefício por redução de tributos	-23.883	-8.814	0
6.01.01.10	Constituição (Reversão) de Provisão para Riscos Tributários, Trabalhistas e Cíveis	1.243	-19.045	0
6.01.01.11	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	21.421	3.828	0
6.01.01.12	Baixa por Prescrição de Impostos	7.662	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-92.588	-63.096	0
6.01.02.01	Aumento (Redução) no Contas a Receber	-73.583	-13.361	0
6.01.02.02	Aumento (Redução) nos Estoques	2.939	-91	0
6.01.02.03	Aumento (Redução) Outros Ativos Circulantes	-3.293	-14.123	0
6.01.02.04	Aumento (Redução) Ativos não Circulantes	634	-1.836	0
6.01.02.05	Aumento (Redução) nos Fornecedores	-1.310	-12.267	0
6.01.02.06	Aumento (Redução) no Contas a Pagar e Provisões	6.293	4.451	0
6.01.02.07	Aumento (Redução) no Imposto de Renda e Contribuição Social	937	-8.196	0
6.01.02.08	Aumento (Redução) Outros Passivos não Circulantes	-25.205	-17.673	0
6.01.03	Outros	28.882	-2.740	0
6.01.03.01	Juros Pagos	-25.248	-11.325	0
6.01.03.02	Juros Recebidos (Aplicação Financeira)	53.351	8.585	0
6.01.03.03	Liquidação de Instrumentos Financeiros	779	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-100.516	-95.263	0
6.02.01	Adições ao Ativo Imobilizado	-49.652	-20.395	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.02.02	Adições ao Ativo Intangível	-8.380	-7.237	0
6.02.03	Adições em Investimentos e Ágio na Aquisição de Controladas	0	-130.484	0
6.02.04	Contas a Pagar Aquisições de Empresas	-42.820	0	0
6.02.05	Caixa Lìquido Incorporado	336	62.853	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	631	552.755	0
6.03.01	Aumento de Capital	82.204	678.199	0
6.03.02	Gastos com Emissão de Ações	-566	-22.218	0
6.03.03	Empréstimos e Financiamentos Obtidos com Instituições Financeiras	2.299	5.501	0
6.03.04	Empréstimos Pagos	-36.232	-27.049	0
6.03.05	Juros Sobre o Capital Próprio e Dividendos	-36.483	-44.000	0
6.03.06	Partes Relacionadas	-10.591	-37.678	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	16.601	514.453	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	526.735	12.282	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	543.336	526.735	0

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	750.420	1	88.548	0	0	838.969
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	750.420	1	88.548	0	0	838.969
5.04	Transações de Capital com os Sócios	81.638	1.195	0	-40.000	0	42.833
5.04.01	Aumentos de Capital	82.204	0	0	0	0	82.204
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-566	0	0	0	0	-566
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.195	0	0	0	1.195
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-40.000	0	-40.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	130.001	0	130.001
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	130.001	0	130.001
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	90.001	-90.001	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	90.966	-90.966	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-965	965	0	0
5.07	Saldos Finais	832.058	1.196	178.549	0	0	1.011.803

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	94.439	1	56.233	0	0	150.673
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	94.439	1	56.233	0	0	150.673
5.04	Transações de Capital com os Sócios	655.981	0	-7.262	-44.000	0	604.719
5.04.01	Aumentos de Capital	678.199	0	0	0	0	678.199
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-22.218	0	0	0	0	-22.218
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-44.000	0	-44.000
5.04.08	Aquisição de Participações de Não Controladores	0	0	-7.262	0	0	-7.262
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	83.577	0	83.577
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	83.577	0	83.577
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	39.577	-39.577	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	40.742	-40.742	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-1.165	1.165	0	0
5.07	Saldos Finais	750.420	1	88.548	0	0	838.969

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
7.01	Receitas	895.316	647.734	0
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	915.565	651.503	0
7.01.02	Outras Receitas	1.172	59	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-21.421	-3.828	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-357.462	-252.318	0
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-273.445	-191.500	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-83.130	-59.865	0
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-887	-953	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	537.854	395.416	0
7.04	Retenções	-31.626	-24.968	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-31.626	-24.968	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	506.228	370.448	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	53.517	-6.679	0
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-2.675	-17.471	0
7.06.02	Receitas Financeiras	56.192	10.792	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	559.745	363.769	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	559.745	363.769	0
7.08.01	Pessoal	243.843	170.161	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	121.852	82.313	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	64.049	27.718	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	130.001	83.577	0
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	40.000	44.000	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	90.001	39.577	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1	Ativo Total	1.328.168	1.256.131	616.760
1.01	Ativo Circulante	783.326	719.668	158.641
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	543.451	527.828	18.401
1.01.03	Contas a Receber	203.380	152.596	107.254
1.01.04	Estoques	9.512	12.450	11.850
1.01.06	Tributos a Recuperar	17.379	16.307	12.346
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	9.604	10.487	8.790
1.01.08.03	Outros	9.604	10.487	8.790
1.01.08.03.01	Instrumentos Financeiros e Derivativos	19	0	1.530
1.01.08.03.02	Despesas do Exercício Seguinte	2.564	1.837	342
1.01.08.03.03	Outros Ativos	7.021	8.650	6.918
1.02	Ativo Não Circulante	544.842	536.463	458.119
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	41.171	68.490	66.024
1.02.01.03	Contas a Receber	0	63	50
1.02.01.06	Tributos Diferidos	28.905	47.768	35.563
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	28.905	47.768	35.563
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	12.266	20.659	30.411
1.02.01.09.03	Impostos a Recuperar	7.584	15.109	15.461
1.02.01.09.04	Depositos Judiciais	4.655	3.657	10.928
1.02.01.09.05	Outros Ativos não circulantes	27	1.893	3.488
1.02.01.09.06	Títulos e Valores Mobiliários	0	0	534
1.02.02	Investimentos	246	246	0
1.02.03	Imobilizado	179.361	158.246	152.457
1.02.04	Intangível	324.064	309.481	239.638

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2	Passivo Total	1.328.168	1.256.131	616.760
2.01	Passivo Circulante	133.082	186.045	192.231
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	34.318	40.858	35.481
2.01.02	Fornecedores	41.022	44.239	46.773
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	39.986	43.956	44.963
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	1.036	283	1.810
2.01.03	Obrigações Fiscais	14.232	20.652	36.137
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	8.001	14.288	28.362
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2.496	970	10.796
2.01.03.01.02	Impostos e Contribuições a Recolher	5.505	13.318	17.566
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	6.231	6.364	7.775
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	35.164	39.424	52.611
2.01.05	Outras Obrigações	8.346	40.872	21.229
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	7.427	35.187	21.112
2.01.05.02	Outros	919	5.685	117
2.01.05.02.04	Instrumentos Financeiros e Derivativos	507	13	0
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	412	5.672	117
2.02	Passivo Não Circulante	183.283	231.117	272.690
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	55.243	92.834	124.949
2.02.02	Outras Obrigações	86.965	107.859	87.926
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	22.700	31.639	25.780
2.02.02.02	Outros	64.265	76.220	62.146
2.02.02.02.03	Impostos e Contribuições a Recolher	64.264	74.996	61.800
2.02.02.02.04	Outros	1	1.224	346
2.02.03	Tributos Diferidos	33.258	13.241	1.919
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	33.258	13.241	1.919
2.02.04	Provisões	7.817	17.183	57.896
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	7.817	17.183	57.896
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.011.803	838.969	151.839

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2.03.01	Capital Social Realizado	832.058	750.420	94.439
2.03.02	Reservas de Capital	1.196	1	1
2.03.02.04	Opções Outorgadas	1.195	0	0
2.03.02.07	Outras Reservas	1	1	1
2.03.03	Reservas de Reavaliação	3.142	4.107	5.272
2.03.04	Reservas de Lucros	175.407	84.441	50.961
2.03.04.01	Reserva Legal	20.137	13.637	9.458
2.03.04.10	Reserva para Investimentos	155.270	70.804	41.503
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	0	0	1.166

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	871.541	770.109	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-507.387	-451.685	0
3.03	Resultado Bruto	364.154	318.424	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-195.549	-170.084	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-196.234	-182.146	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2.242	14.642	0
3.04.04.01	Reversão de (provisão para) riscos	0	14.642	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.557	-2.580	0
3.04.05.01	Reversão de (provisão para) riscos	-1.557	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	168.605	148.340	0
3.06	Resultado Financeiro	26.705	-21.244	0
3.06.01	Receitas Financeiras	56.216	13.970	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-29.511	-35.214	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	195.310	127.096	0
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-65.309	-43.519	0
3.08.01	Corrente	-26.113	-35.545	0
3.08.02	Diferido	-39.196	-7.974	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	130.001	83.577	0
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	130.001	83.577	0
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	130.001	83.577	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,99	0,92	0
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,99	0,92	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	112.919	24.031	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	179.577	125.703	0
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	130.001	83.577	0
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	32.972	30.982	0
6.01.01.03	Plano de Opções de Compra de Ações	1.195	0	0
6.01.01.04	Custo Residual de Ativos Imobilizados Baixados	1.577	1.721	0
6.01.01.05	Juros e Variação Monetária	21.189	23.877	0
6.01.01.06	Juros Recebidos (Aplicação Financeira)	-53.351	-8.585	0
6.01.01.07	Impostos Diferidos	39.195	7.974	0
6.01.01.08	Utilização de Créditos Fiscais e Benefício por Redução de Tributos	-23.883	-8.814	0
6.01.01.09	Constituição (Reversão) de Provisão para Riscos Tributários, Trabalhistas e Cíveis	1.557	-14.642	0
6.01.01.10	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	21.463	9.613	0
6.01.01.11	Baixa por Prescrição de Impostos	7.662	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-95.526	-94.800	0
6.01.02.01	Aumento (Redução) no Contas a Receber	-71.180	-37.691	0
6.01.02.02	Aumento (Redução) nos Estoques	2.567	1.814	0
6.01.02.03	Aumento (Redução) Outros Ativos Circulantes	-3.920	-16.224	0
6.01.02.04	Aumento (Redução) Ativos não Circulantes	2.464	1.278	0
6.01.02.05	Aumento (Redução) nos Fornecedores	-1.181	-6.343	0
6.01.02.06	Aumento (Redução) no Contas a Pagar e Provisões	5.144	889	0
6.01.02.07	Aumento (Redução) no Imposto de Renda e Contribuição Social	978	-5.811	0
6.01.02.08	Aumento (Redução) Outros Passivos não Circulantes	-30.398	-32.712	0
6.01.03	Outros	28.868	-6.872	0
6.01.03.01	Juros Pagos	-25.262	-15.456	0
6.01.03.02	Juros Recebidos (Aplicação Financeira)	53.351	8.584	0
6.01.03.03	Liquidação de Instrumentos Financeiros	779	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-107.983	-79.703	0
6.02.01	Adições ao Ativo Imobilizado	-49.818	-27.123	0
6.02.02	Adições ao Ativo Intangível	-10.152	-9.335	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.02.03	Adições em Investimentos e Ágio na Aquisição de Controladas, Líquido do Caixa Adquirido	-604	-43.245	0
6.02.04	Contas a Pagar Aquisições de Empresas	-47.409	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	10.687	565.099	0
6.03.01	Aumento de Capital	82.204	678.199	0
6.03.02	Gastos com Emissão de Ações	-566	-22.218	0
6.03.03	Empréstimos e Financiamentos Obtidos com Instituições Financeiras	2.299	5.501	0
6.03.04	Empréstimos Pagos	-36.767	-52.383	0
6.03.05	Juros Sobre o Capital Próprio e Dividendos	-36.483	-44.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	15.623	509.427	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	527.828	18.401	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	543.451	527.828	0

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	750.420	1	88.548	0	0	838.969	0	838.969
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	750.420	1	88.548	0	0	838.969	0	838.969
5.04	Transações de Capital com os Sócios	81.638	1.195	0	-40.000	0	42.833	0	42.833
5.04.01	Aumentos de Capital	82.204	0	0	0	0	82.204	0	82.204
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-566	0	0	0	0	-566	0	-566
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.195	0	0	0	1.195	0	1.195
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-40.000	0	-40.000	0	-40.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	130.001	0	130.001	0	130.001
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	130.001	0	130.001	0	130.001
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	90.001	-90.001	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	90.966	-90.966	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-965	965	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	832.058	1.196	178.549	0	0	1.011.803	0	1.011.803

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	94.439	1	56.233	0	0	150.673	1.166	151.839
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	94.439	1	56.233	0	0	150.673	1.166	151.839
5.04	Transações de Capital com os Sócios	655.981	0	-7.262	-44.000	0	604.719	-1.525	603.194
5.04.01	Aumentos de Capital	678.199	0	0	0	0	678.199	0	678.199
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-22.218	0	0	0	0	-22.218	0	-22.218
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-44.000	0	-44.000	0	-44.000
5.04.08	Aquisição de Participações de Não Controladores	0	0	-7.262	0	0	-7.262	-1.525	-8.787
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	83.577	0	83.577	359	83.936
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	83.577	0	83.577	359	83.936
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	39.577	-39.577	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	40.742	-40.742	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-1.165	1.165	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	750.420	1	88.548	0	0	838.969	0	838.969

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
7.01	Receitas	914.364	812.463	0
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	934.514	820.439	0
7.01.02	Outras Receitas	1.313	1.637	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-21.463	-9.613	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-369.180	-342.844	0
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-283.822	-266.913	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-84.438	-74.125	0
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-920	-1.806	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	545.184	469.619	0
7.04	Retenções	-32.972	-30.983	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-32.972	-30.983	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	512.212	438.636	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	56.216	13.970	0
7.06.02	Receitas Financeiras	56.216	13.970	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	568.428	452.606	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	568.428	452.606	0
7.08.01	Pessoal	247.755	202.185	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	124.096	96.855	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	66.576	69.989	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	130.001	83.577	0
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	40.000	44.000	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	90.001	39.577	0

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 2010

As informações financeiras e operacionais a seguir estão de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") e as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), incluindo os pronunciamentos emitidos pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis).

Mensagem da Administração

O ano de 2010 foi marcado por grandes realizações para o Grupo Fleury. Em seu primeiro ano como companhia de capital aberto apresentou crescimento expressivo de receita, atingindo R$ 935 milhões, 13,9% superior a 2009. Foi o quarto ano consecutivo de crescimento de dois dígitos, expandindo sua receita em mais de 2,5 vezes nos últimos seis anos. A elevação da receita foi acompanhada de expansão ainda mais acentuada do lucro líquido, que alcançou a cifra recorde de R$ 130 milhões, 56% superior ao observado em 2009, elevando-se mais de quatro vezes nos últimos quatro anos.

Todas as linhas de negócio apresentaram desempenho muito favorável, com destaque para as Unidades de Atendimento, Operações Diagnósticas em Hospitais, Gestão de Doenças Crônicas e Check-up. A expansão de suas atividades foi decorrente de forte crescimento orgânico, em particular nos dois últimos trimestres de 2010, aliado a aquisições.

O posicionamento estratégico de diferenciação foi mais uma vez evidenciado por inovações em serviços e produtos, como a criação dos "Centros Médicos Integrados" e por investimentos expressivos em Pesquisa e Desenvolvimento, que resultaram em mais de 100 novos produtos lançados ao longo de 2010. Cabe ressaltar ainda os investimentos vultosos em qualificação e formação de todo o conjunto de profissionais que atuam no Grupo. Ao longo de 2010 foram empregadas, em média, mais de 60 horas de treinamento por profissional por ano.

As ações do Grupo Fleury (BOVESPA: FLRY3) apresentaram valorização de 45% em 2010 e de 67% desde a abertura de capital, ocorrida em dezembro de 2009.

Aquisições

Em maio de 2010 foi realizada a 24ª. aquisição do Grupo, a da empresa DI Diagnóstico por Imagem. A aquisição possibilitou incorporar ao Grupo 60 médicos renomados e altamente qualificados, especializados em exames de imagem e outros procedimentos diagnósticos em ambiente hospitalar.

Em dezembro, o Grupo assinou Memorando de Entendimento (MoU) para a aquisição do Labs D'Or. A transação, uma vez concluída, elevará a receita do Grupo e seu Lucro Operacional em cerca de 40%, além de reforçar a presença do Grupo Fleury no Rio de Janeiro e impulsionar ainda mais a linha de negócio de operações diagnósticas em hospitais.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Excelência em Qualificação e Inovação

Os investimentos em qualificação dos profissionais e em inovação proporcionaram retornos significativos para a oferta de serviços e produtos do Grupo em todas as suas marcas.

Um amplo programa de educação foi empreendido ao longo do ano de 2010, totalizando, em média, 65 horas de treinamento por colaborador por ano.

Os investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento permitiram o lançamento de 107 novos produtos ao longo de 2010 (103 em 2009).

No processo de constante inovação e pioneirismo foram criados “Centros Médicos Integrados” que oferecerem serviços multidisciplinares para áreas ou doenças específicas, que se beneficiam de uma abordagem completa e integrada. Para o médico cliente, isso representa um serviço ainda mais eficiente de apoio diagnóstico. Para o paciente, significa um diagnóstico mais preciso e seguro, em um só local, fora do ambiente hospitalar. Os quatro primeiros centros inaugurados foram o Centro de Atendimento Especializado ao Paciente com Linfoma, Centro de Apoio e Reabilitação de Disfunção Urinária, Endoscopia Digestiva Avançada, e Centro Diagnóstico Integrado de Neurologia e Medicina do Sono.

Reconhecimentos a gestão e a excelência dos serviços prestados

O Grupo Fleury obteve em 2010 importantes reconhecimentos à gestão e à excelência dos serviços prestados:

Prêmio IBGC de Governança Corporativa 2010, Categoria Empresas Listadas - Em seu primeiro ano de atuação como companhia de capital aberto, o Grupo Fleury conquistou o prêmio IBGC de Governança Corporativa 2010 na categoria de empresas listadas, um prêmio já conquistado em 2007 na categoria de empresas não-listadas.

Na avaliação do Instituto, que selecionou uma única empresa para conceder o prêmio, o Grupo Fleury se destacou nos seguintes fundamentos: regras rígidas na interação com partes relacionadas, modelo societário que minimiza problemas de sucessão na companhia, sistema estruturado de avaliação de executivos e funcionários de todos os níveis, remuneração variável diferenciada e com plano de opção de ações, e Conselho de Administração com foco estratégico muito desenvolvido.

Um reconhecimento de grande relevância, que reforça ainda mais a longa trajetória de comprometimento da Administração em manter e fomentar altos padrões de Governança Corporativa.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A marca mais valiosa do setor de saúde do Brasil – a marca Fleury foi classificada como a mais valiosa do Brasil entre todas as do setor de saúde, a 6ª marca mais valiosa entre as empresas de serviço, e a 25ª. marca mais valiosa do País, segundo pesquisa conduzida pela BrandAnalytics e Millward Brown, uma das líderes globais de pesquisa especializada em publicidade, comunicação de marketing.

Empresa do ano – Gestão&RH - A editora Gestão & RH concedeu ao nosso Grupo o título de Empresa do Ano em práticas de gestão de pessoas.

1º. em Geração de Valor e Margem das Operações dentre as empresas do setor – publicação Valor 1000 (jornal Valor Econômico).

1º. lugar em Sustentabilidade Financeira e Governança Corporativa dentre as empresas do setor – Publicação Melhores da Dinheiro (Istoé Dinheiro).

Certificação "Leed - Leadership in Energy and Environmental Design" Padrão Gold para a unidade de atendimento Rochaverá Morumbi da marca Fleury. Primeira empresa do setor a conquistar a certificação Padrão Gold no Brasil.

Desempenho das Operações

Da mesma forma que em anos anteriores, a receita bruta consolidada apresentou um crescimento de dois dígitos ao final do ano de 2010, totalizando o valor R$ 935 milhões, representando um aumento de 13,9% em relação ao ano de 2009.

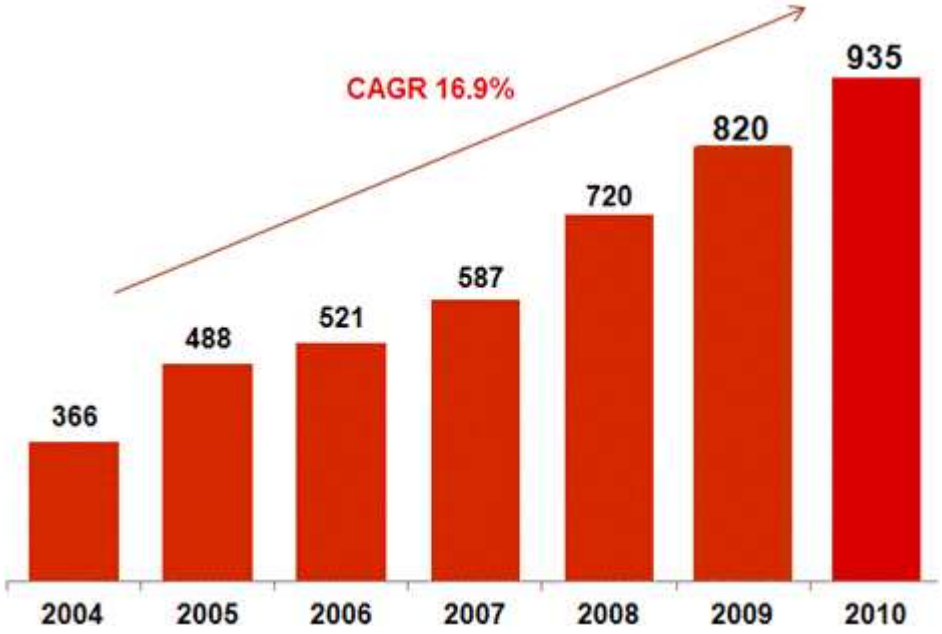
A estratégia de diferenciação dos serviços prestados e maximização da proposta de valor para os clientes, em cada uma das marcas e linhas de negócio do Grupo, determinaram ao longo do ano de 2010 significativos avanços na estruturação de suas operações, cabendo destacar:

- Ampliação e adequação do conjunto de serviços oferecidos em unidades de atendimento, com a abertura de unidades mais completas e readequação ou fechamento das unidades deficitárias;
- Expansão acelerada da oferta de exames de imagem e de outros exames e procedimentos de alto valor agregado;
- Ampliação de parcerias com hospitais;
- Intensificação das negociações para geração de novos contratos em Gestão de Doenças Crônicas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Evolução da Receita Bruta

R$ milhões



Abertura da Receita Bruta por Linha de Negócio

	2010		2009		
	R$ milhões	%RB[1]	R$ milhões	%RB[1]	Δ
Unidades de Atendimento	**785,6**	**84,1%**	**693,6**	**84,5%**	**13,3%**
Operações Diagnósticas em Hospitais	**92,2**	**9,9%**	**62,2**	**7,6%**	**48,4%**
Laboratório de Referência e Pesquisa Clínica	**37,9**	**4,1%**	**44,3**	**5,4%**	**-14,4%**
Laboratório de Referência	33,7	3,6%	36,0	4,4%	-6,4%
Pesquisa Clínica	4,2	0,4%	8,2	1,0%	-49,5%
Medicina Preventiva	**18,8**	**2,0%**	**20,4**	**2,5%**	**-7,8%**
Medicina Preventiva (ex-FHD)	18,6	2,0%	12,6	1,5%	48,0%
Fleury Hospital-Dia (FHD) [2]	0,2	0,0%	7,9	1,0%	-96,9%
Receita Bruta	**934,5**	**100,0%**	**820,4**	**100,0%**	**13,9%**

1- Percentual (%) da Receita Bruta Total consolidada

2- Serviço descontinuado em outubro de 2009 por questões relativas à regulamentação.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

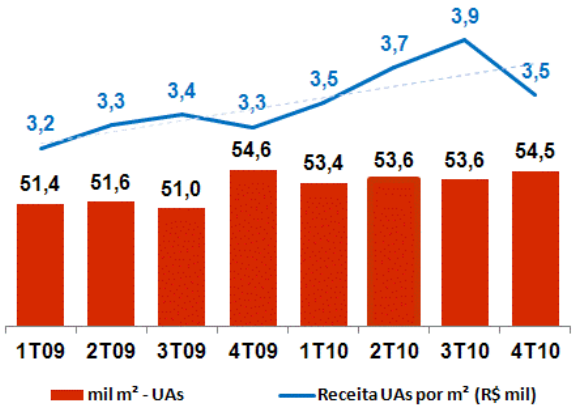
Desempenho das Linhas de Negócio

Unidades de Atendimento (UA)

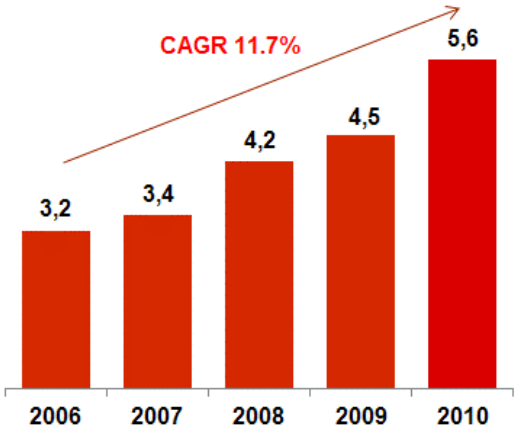
Composta por 141 unidades de atendimento localizadas em seis estados e no distrito federal, provê soluções completas e integradas em análises clínicas, imagem e outros procedimentos diagnósticos em mais de 30 áreas médicas. No ano de 2010, a receita dessa linha de negócio totalizou R$ 786 milhões, 13,3% superior ao ano de 2009, um crescimento impulsionado principalmente pela expansão orgânica e, adicionalmente, por aquisições

A receita média por metro quadrado cresceu 6,0% comparado ao 4T09 para R$ 3,5 mil, como resultado da expansão do portfólio de serviços, otimização da rede e crescimento da utilização da capacidade instalada. A receita média por UA cresceu 22,9%.

Receita Bruta por metro quadrado e total de metros quadrados



Receita Bruta por Unidade de Atendimento (R$ milhões)



Operações Diagnósticas em Hospitais

Presta serviços de diagnóstico a importantes instituições hospitalares em São Paulo, Porto Alegre e Recife, tendo alcançado significativa expansão de 48% em comparação a 2009, atingindo R$ 92 milhões em 2010, e passando a representar 10% da receita do Grupo. O número de exames processados expandiu em 39%.

Igualmente, tanto o crescimento orgânico quanto por aquisições contribuíram fortemente para esta expansão.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Medicina Preventiva

Compreendendo os serviços de Check-up, Promoção de Saúde e Gestão de Doenças Crônicas, apresentou resultados muito positivos, crescendo sua receita em 48%, atingindo R$ 19 milhões, 2,0% da receita consolidada do Grupo

O serviço de Check-Up, oferecido de forma personalizada e em ambiente não hospitalar, aumentou sua receita em 23,9% em 2010, com crescimento de 24,6% em número de Check-ups realizados. Os serviços de Promoção de Saúde aumentaram sua receita em 28% no ano, principalmente devido à celebração de novos contratos. O serviço de Gestão de Doenças Crônicas, que possui foco no acompanhamento e prevenção de complicações em portadores de doenças crônicas, atingiu 29 mil vidas contratadas, totalizando R$ 3,6 milhões de receita em 2010. Um aspecto importante deste negócio é sua receita recorrente e cumulativa, pois esta é uma prestação contínua de serviços.

Laboratório de Referência e Pesquisa Clínica

Laboratório de Referência realiza exames de análises clínicas e anatomia patológica para cerca de 3.000 laboratórios e hospitais localizados em todo o território nacional. A receita de Laboratório de Referência atingiu R$ 34 milhões em 2010, 6,4% abaixo da de 2009, devido à racionalização do portfólio de clientes.

Adicionalmente, também no final de 2009, o Grupo decidiu descontinuar progressivamente o serviço de **Pesquisa Clinica**, mantendo apenas os estudos contratados previamente. Como resultado, a receita deste serviço diminuiu de R$ 8,2 milhões em 2009 para R$ 4,2 milhões em 2010.

Custos dos Serviços Prestados - O custo dos serviços prestados totalizou R$ 507 milhões, 12,3% acima de 2009, representando 58,2% da receita líquida (comparado a 58,7% em 2009), uma melhoria possibilitada principalmente pela diluição dos custos fixos e negociações com fornecedores.

Lucro Bruto - Em 2010 o Grupo Fleury registrou um Lucro Bruto de R$ 364 milhões, 14,4% superior ao de 2009. Esse valor representa uma Margem Bruta de 41,8% em relação à Receita Líquida.

Despesas e Receitas Operacionais

As despesas gerais e administrativas aumentaram 7,7% em 2010, atingindo R$ 196 milhões no consolidado, incluindo R$ 16,1 milhões de despesas de Marketing.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas totalizaram receita de R$ 2,2 milhões, concentrada em créditos fiscais devidos à negociação de dívidas tributárias, comparada a despesa de R$ 2,6 milhões realizada em 2009.

Em 2010 foram constituídas provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis para as causas cujas perdas são consideradas prováveis pelos assessores legais e Administração, totalizando uma despesa de R$ 1,6 milhão. Em 2009, as provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis totalizaram uma receita de R$ 14,6 milhões concentrada em reversões de contingências constituídas em períodos anteriores.

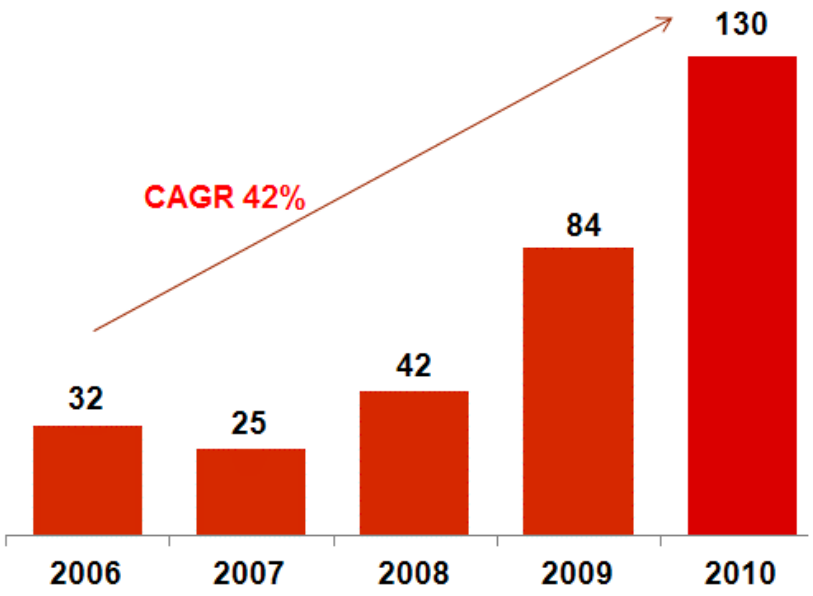
Resultado Financeiro e caixa (endividamento) líquido – O resultado financeiro apresentou receita líquida de R$ 26,7 milhões no ano de 2010, contra uma despesa financeira de R$ 21,2 milhões em 2009. Esta mudança deve-se principalmente à disponibilidade de caixa em consequência da abertura de capital, em dezembro de 2009. Em 31 dezembro de 2010 apresentamos R$ 543 milhões de saldo de caixa e equivalentes, resultando em um caixa financeiro líquido (diferença entre o caixa e o empréstimos bancários) de R$ 453 milhões.

Imposto de Renda e Contribuição Social - O imposto de renda e a contribuição social foram adequados às novas normas contábeis, sendo contabilizados IR e CS com base em diferenças temporárias em virtude do efeito da amortização do ágio no cálculo das despesas com IR e CS. Com isso, o valor contabilizado foi de R$ 65,3 milhões em 2010. Considerando o montante de imposto corrente registrado, a taxa efetiva foi de 13,4%.

Lucro Líquido e Lucro Líquido por Ação – O grupo atingiu um lucro líquido de R$ 130 milhões, valor 55,5% superior ao do exercício de 2009. Esse valor representa uma margem de 14,9% em relação à Receita Líquida, 406 *basis points* acima do ano anterior.

Evolução do Lucro Líquido

R$ milhões



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

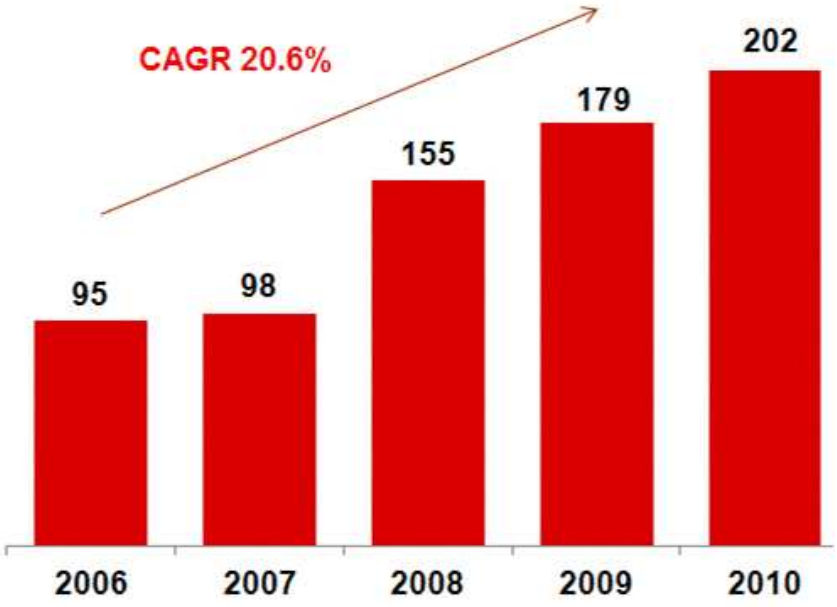
O Lucro Líquido por Ação foi de R$ 0,99. Para podermos proceder a uma comparação com o valor reportado em 2009 (R$ 0,66) precisamos realizar um ajuste no número de ações, de modo a refletir o aumento do Capital Social aprovado em 04 de Janeiro de 2010 referente à emissão e subscrição de lote suplementar de ações. Considerando esse ajuste, o valor do Lucro Líquido por Ação de 2009 foi de R$ 0,92.

EBITDA[1] – O EBITDA atingiu R$ 201,6 milhões, 12,4% superior ao do ano de 2009, representando uma margem de 23,1% da receita líquida.

Importante destacar que os valores referentes a despesas não recorrentes incorridas em 2010 com integrações, unificações de sistemas, fechamentos de unidades deficitárias, ajustes de provisões, créditos fiscais e reversões de provisões para contingências totalizaram R$ 6,5 milhões, valor não utilizado para qualquer forma de ajuste no cálculo do EBITDA apontado acima.

Evolução do EBITDA[1]

R$ milhões



[1] *EBITDA (Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization) é um indicador financeiro não auditado, igual ao lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e contribuição social, das despesas financeiras líquidas, das despesas de depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, tampouco deve ser considerado isoladamente ou como alternativa ao lucro líquido como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. Outras empresas podem calcular EBITDA numa maneira diferente de nós.*

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Mercado de Capitais

As ações do Fleury (BOVESPA: FLRY3) encerraram 2010 ao preço de R$ 26,65, um acréscimo de 66,6% desde o IPO e 44,9% no ano.

Perspectivas

O cenário macroeconômico para o País, em particular a forte geração de empregos formais, e a tendência de maior utilização dos serviços médicos e aumento da longevidade da população, criam um ambiente muito favorável para todas as empresas do setor de saúde. O Grupo Fleury perseguirá uma expansão orgânica destacada, em patamares compatíveis com o desempenho apresentado nos últimos anos. Entre os projetos em curso, ressaltam-se o projeto de ampliação da metragem quadrada total da rede de unidades de atendimento, bem como os investimentos para aumento da oferta de serviços nas diferentes regiões onde atuamos. Adicionalmente, será dada continuidade ao programa de aquisições, buscando ampliar nossa presença para novas localidades ou aumentar a oferta de serviços onde possuímos operações.

A aceleração da contratação dos serviços de Gestão de Doenças Crônicas e dos outros serviços de Medicina Preventiva e as permanentes inovações em produtos e soluções seguirão contribuindo para o crescimento de receita.

Acreditamos que as ações realizadas nos últimos anos viabilizarão a melhoria do retorno sobre o capital investido nos próximos anos, através das sinergias, da curva de maturidade de novas unidades e novos negócios, e das economias advindas das unificações e integrações de áreas e sistemas.

O grupo manterá altos padrões de governança corporativa, meritocracia e compromisso com a ética, a sustentabilidade, a evolução da medicina, e o bem-estar dos indivíduos para o desenvolvimento da sociedade.

Auditores Independentes

Em atendimento à Instrução Normativa CVM 381/03 da Comissão de Valores Mobiliários, informamos que nossos auditores, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não nos prestaram nenhum outro serviço além daqueles relacionados a auditoria externa e/ou revisão especial de nossas demonstrações financeiras de empresas do Grupo Fleury.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Cláusula compromissória

No âmbito do Novo Mercado, a companhia está vinculada à arbitragem, na Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&F Bovespa, conforme cláusula compromissória constante em seu estatuto social.

Agradecimento

Gostaríamos de expressar nossos agradecimentos a todos os colaboradores de nosso Grupo, por sua dedicação e compromisso com nossa missão, aos nossos clientes e à comunidade médica pela confiança em nossos serviços, aos acionistas pelo apoio contínuo e orientação, aos fornecedores pela parceria, e à sociedade brasileira por fazer parte de nossa história e nosso futuro.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2011.

Aparecido Bernardo Pereira	Mauro Figueiredo
Presidente do Conselho de Administração	Presidente

Notas Explicativas

FLEURY S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009
(Valores expressos em milhares de Reais - R$, a não ser quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Fleury S.A. ("Fleury", "Sociedade" ou "Controladora", e, em conjunto com suas controladas, "Grupo Fleury" ou "Grupo") tem por objetivo a prestação de serviços médicos na área de diagnósticos, tratamentos e análises clínicas, podendo participar em outras empresas como sócio, acionista ou cotista, bem como criar condições adequadas para o bom desempenho da profissão médica, além de pugnar pela pesquisa e estudos, visando ao progresso científico da Medicina.

As demonstrações financeiras do Grupo Fleury S.A. e empresas controladas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 22 de fevereiro de 2011.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras do Grupo Fleury compreendem:

As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado - IFRS e BR GAAP; e

As demonstrações financeiras individuais da Controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora - BR GAAP.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras individuais da Controladora apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, o Grupo Fleury optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as IFRSs requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do Grupo Fleury no processo de aplicação das práticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

Essas demonstrações financeiras consolidadas são as primeiras elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”). Os efeitos da adoção das IFRSs e dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC estão apresentados na nota explicativa nº 34.

2.3. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Sociedade e de suas controladas.

Controladas são todas as entidades cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Sociedade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Sociedade e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa. O controle é obtido quando a Sociedade tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

As operações entre as empresas do Grupo Fleury, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nas operações com controladas são eliminados.

2.4. Instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

Em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009 e em 01 de janeiro de 2009 o Grupo Fleury possuía instrumentos financeiros classificados nas categorias de “ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado” e “recebíveis”.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os ativos financeiros classificados pelo Grupo Fleury na categoria de recebíveis compreendem, substancialmente, os ativos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras, e depósitos judiciais. Esses ativos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se for adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o Grupo Fleury administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de “hedge” efetivo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Para certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber os ativos que na avaliação individual não apresentam redução ao valor recuperável podem, subsequentemente, apresentá-la quando são avaliados coletivamente. Evidências objetivas de redução ao valor recuperável para uma carteira de créditos podem incluir a experiência passada do Grupo Fleury na cobrança de pagamentos, além de mudanças observáveis nas condições econômicas nacionais ou locais relacionadas à inadimplência dos recebíveis.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

2.5. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

2.6. Combinação de negócios

Demonstrações financeiras consolidadas:

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos pelo Grupo Fleury, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida.

Os ativos, passivos e passivos contingentes de uma subsidiária são mensurados pelo respectivo valor justo na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao valor justo dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registrada como ganho na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre a aquisição. A participação dos acionistas minoritários é apresentada pela respectiva proporção do valor justo dos ativos e passivos identificados.

Quando a contrapartida transferida em uma combinação de negócios inclui ativos ou passivos resultantes de um acordo de contrapartida contingente, a contrapartida contingente é mensurada pelo valor justo na data de aquisição e incluída na contrapartida transferida em uma combinação de negócios. As variações no valor justo da contrapartida contingente classificadas como ajustes do período de mensuração são ajustadas retroativamente, com correspondentes ajustes no ágio. Os ajustes do período de mensuração correspondem a ajustes resultantes de informações adicionais obtidas durante o “período de mensuração” (que não poderá ser superior a um ano a partir da data de aquisição) relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição.

A contabilização subsequente das variações no valor justo da contrapartida contingente não classificadas como ajustes do período de mensuração depende da forma de classificação da contrapartida contingente. A contrapartida contingente classificada como patrimônio não é remensurada nas datas das demonstrações financeiras subsequentes e sua correspondente liquidação é contabilizada no patrimônio. A contrapartida contingente classificada como ativo ou passivo é remensurada nas datas das demonstrações financeiras subsequentes sendo o correspondente ganho ou perda reconhecido no resultado.

Os custos de transação, que não sejam aqueles associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, os quais o Grupo Fleury incorre com relação a uma combinação de negócios, são reconhecidos como despesas à medida que são incorridos.

Demonstrações financeiras individuais:

Nas demonstrações financeiras individuais o Grupo Fleury aplica os requisitos da Interpretação Técnica ICPC - 09, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação do Grupo Fleury no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição é reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação do Grupo Fleury no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado. As contraprestações transferidas bem como o valor justo líquido dos ativos e passivos são mensurados utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis as demonstrações financeiras consolidadas descritos anteriormente.

O ágio relacionado a investimento que tenha sido incorporado pela Sociedade é reclassificado da conta de "investimento" para a conta "intangível".

2.7. Ágio

Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa, ou grupos de unidades geradoras de caixa, do Grupo Fleury desde que não superem os segmentos operacionais que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução no valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução no valor recuperável não pode ser revertida em períodos subsequentes.

2.8. Ativo Imobilizado

Os itens do imobilizado estão demonstrados pelo seu custo histórico menos depreciação. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo ou componentes de ativos pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores contábeis residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Classes de Imobilizado	**Vida Útil (anos)**
Imóveis	60
Veículos	5
Instalações	10
Máquinas e equipamentos	5 a 20
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de informática	5
Benfeitorias em bens de terceiros	5

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado, na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidos".

2.9. Ativo Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios

Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são registrados ao valor de custo, deduzido da amortização e da perda por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

2.10. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio

No fim de cada exercício, o Grupo Fleury revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, o Grupo Fleury calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.11. Transações e participações não controladoras

O Grupo Fleury trata as transações com participações não controladoras como transações com proprietários de ativos do Grupo Fleury. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre a contraprestação transferida e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido.

2.12. Instrumentos financeiros passivos

Instrumentos financeiros passivos não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Grupo Fleury se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo Fleury baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo Fleury tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

O Grupo Fleury tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, contas a pagar por aquisição de empresas, fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Passivos financeiros derivativos

O Grupo Fleury possui instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de taxa de juros e câmbio, incluindo contratos de câmbio a termo, “swaps” de moedas. A nota explicativa nº 5 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de “hedge”; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de “hedge”. Para os períodos apresentados nas demonstrações financeiras não houve designação de instrumento de “hedge”.

2.13. Benefícios a empregados

Planos de aposentadoria de contribuição definida

Os pagamentos ao plano de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

Remuneração com base em ações

O Grupo Fleury oferece aos executivos planos de remuneração com base em ações, segundo o qual recebe os serviços dos empregados como contraprestação das opções de compra de ações outorgadas.

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas do Grupo sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No final de cada exercício, o Grupo revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do período, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na conta “Reserva de Capital - opções outorgadas reconhecidas” que registrou o benefício aos empregados.

Participação nos lucros

O Grupo Fleury remunera seus colaboradores mediante participação no lucro líquido, de acordo com o desempenho verificado no período. Esta remuneração é reconhecida como passivo e uma despesa de participação nos resultados quando o empregado atinge as condições de desempenho estabelecidas.

2.14. Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa do Grupo Fleury com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Impostos diferidos

O imposto sobre a renda diferido ("imposto diferido") é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Sociedade apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios, se aplicável de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual o Grupo Fleury espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e o Grupo Fleury pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

2.15. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando o Grupo Fleury têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Sociedade e de suas controladas. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 16.

2.16. Arrendamentos mercantis

Arrendamento mercantis para os quais o Grupo Fleury não transfere substancialmente os riscos e benefícios da posse do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos no resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos do imobilizado, nos quais o Grupo Fleury detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas como “empréstimos”. Os juros são reconhecidos no resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil estimada do ativo.

2.17. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo Fleury. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

Vendas de serviços

A receita pela prestação de serviços é reconhecida com base nos serviços realizados até a data do balanço. Nas datas de encerramento dos exercícios, os serviços prestados e ainda não faturados são registrados na rubrica “Valores a faturar”, que está incluída no saldo do grupo “Contas a receber”.

O Grupo Fleury reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para o Grupo Fleruy e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo Fleury, conforme descrição a seguir. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. O Grupo Fleury baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

Receita financeira

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método de juros com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto.

Receita de dividendos

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo Fleury e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

2.18. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Sociedade é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no dividendo mínimo estabelecido no estatuto social da Sociedade. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelo conselho de administração.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

2.19. Demonstração do valor adicionado

A Demonstração do valor adicionado (DVA) tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo Fleury e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pelo Grupo Fleury, representada pelas receitas pelos insumos adquiridos de terceiros e o valor adicionado recebido de terceiros. A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.20. Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não adotadas

O Grupo Fleury não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não adotadas. As principais modificações e expectativas da Administração estão descritas abaixo:

Notas Explicativas Demonstrações Financeiras Consolidadas

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Emitida em novembro de 2009 e alterada em outubro de 2010, introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros.

A IFRS 9 estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo. Especificamente, os instrumentos de dívida que são mantidos segundo um modelo de negócios, cujo objetivo é receber os fluxos de caixa contratuais, e que possuem fluxos de caixa contratuais que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor principal devido são geralmente mensurados ao custo amortizado ao final dos períodos contábeis subsequentes. Todos os outros instrumentos de dívida e investimentos em títulos patrimoniais são mensurados ao valor justo ao final dos períodos contábeis subsequentes.

O efeito mais significativo da IFRS 9 relacionado à classificação e mensuração de passivos financeiros refere-se à contabilização das variações no valor justo de um passivo financeiro (designado ao valor justo através do resultado) atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo. Especificamente, de acordo com a IFRS 9, com relação aos passivos financeiros reconhecidos ao valor justo através do resultado, o valor da variação no valor justo do passivo financeiro atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo é reconhecido em “Outros resultados abrangentes”, a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo em “Outros resultados abrangentes” resulte em ou aumente o descasamento contábil no resultado. As variações no valor justo atribuíveis ao risco de crédito de um passivo financeiro não são reclassificadas no resultado. Anteriormente, de acordo com a IAS 39 e CPC 38, o valor total da variação no valor justo do passivo financeiro reconhecido ao valor justo através do resultado foi reconhecido no resultado.

A IFRS 9 é aplicável para períodos anuais com início em ou após 01 de janeiro de 2013.

Modificações à IFRS 7 - Divulgações - Transferências de Ativos Financeiros (equivalente ao CPC 40) aumentam as exigências de divulgação de transações envolvendo transferências de ativos financeiros. Essas modificações têm por objetivo oferecer maior transparência com relação às exposições ao risco quando um ativo financeiro é transferido, porém o transferidor retém certo nível de exposição contínua no ativo. As modificações requerem ainda divulgações nos casos em que as transferências de ativos financeiros não são proporcionalmente distribuídas durante o período.

A Administração não espera que essas modificações à IFRS 7 tenham um efeito relevante sobre as divulgações do Grupo Fleury relacionadas a transferências de contas a receber anteriormente executadas. No entanto, caso o Grupo Fleury realize outros tipos de transferência de ativos financeiros no futuro, as divulgações relacionadas a essas transferências poderão ser impactadas.

Modificações à IAS 32 - Classificação de Direitos (equivalente ao CPC 39) abordam a classificação de determinados direitos denominados em moeda estrangeira como instrumento patrimonial ou passivo financeiro. Até a presente data, o Grupo não celebrou nenhum acordo que se enquadraria no escopo das modificações. No entanto, caso o Grupo Fleury não adquira direitos dentro do escopo das modificações em períodos contábeis futuros, as modificações à IAS 32 e CPC 39 terão efeito sobre a classificação desses direitos.

Modificação da IAS 12 sobre impostos diferidos (recuperação dos ativos subjacentes): em 20 de dezembro de 2010, o IASB emitiu a modificação da IAS 12 - Income Taxes denominada Deferred Tax: Recovery of Underlying Assets. A IAS 12 requer que uma entidade mensure os impostos diferidos relativos a um ativo dependendo se a entidade espera recuperar o valor contábil do ativo através do uso ou da venda. Quando um ativo é mensurado pelo modelo de valor justo da IAS 40 - Investment Property, pode ser difícil e subjetivo avaliar se a recuperação do ativo será através do uso ou da venda.

A modificação apresenta uma solução prática para o problema, introduzindo a presunção de que a recuperação do valor contábil será, normalmente, através de venda. Como resultado das modificações, a SIC-21 - Income Taxes - Recovery of Revalued Nondepreciable Assets não será mais aplicável para propriedades para investimento mantidas ao valor justo. As modificações devem ser adotadas obrigatoriamente para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2012 e a adoção antecipada é permitida.

Modificação da IFRS 1 sobre a eliminação de datas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRSs: em 20 de dezembro de 2010, o IASB emitiu a modificação da IFRS 1 - First-time Adoption of International Financial Reporting Standards (IFRSs) que trata da eliminação de datas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRSs. As modificações substituem a data fixa de aplicação prospectiva de 1º de janeiro de 2004 para a data de transição para as IFRSs, de forma que os adotantes pela primeira vez das IFRSs não tenham de aplicar os requerimentos de baixa da IAS 39 retrospectivamente. A modificação deve ser adotada obrigatoriamente para exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2011 e a adoção antecipada é permitida.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas acima. Em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo International Accounting Standards Board - IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço são como segue:

Notas Explicativas Demonstrações Consolidadas

Imposto de renda

É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. O reconhecimento de imposto de renda diferido ativo requer avaliar se é provável que existirão resultados tributáveis futuros suficientes para realizar tal imposto de renda diferido ativo. A avaliação requer considerar o histórico de resultados tributáveis, expectativas de resultados tributáveis futuros assim como do momento de reversão de diferenças temporárias. Caso a Sociedade ou suas controladas não consigam gerar resultados tributáveis futuros ou se existe uma mudança significativa na estrutura tributária ou no período em que as diferenças temporárias serão utilizadas é possível que a avaliação de probabilidade mude podendo requerer a baixa de parte ou todo do imposto de renda diferido ativo.

Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis

O Grupo reconhece provisão para causas tributárias, trabalhistas e cíveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com bases em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Redução ao valor recuperável do ágio
Para determinar se o ágio apresenta redução em seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa para as quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado.

Provisão para devedores duvidosos
A Sociedade e suas controladas monitoram permanentemente o nível de seus recebíveis, o que limita o risco de contas inadimplentes. A Administração registra provisão para créditos de liquidação duvidosa para as perdas consideradas prováveis.

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As controladas da Sociedade estão sumariadas a seguir, assim como a participação total (direta e indireta) da Sociedade nestas:

	Data de aquisição	Participação - %		
		31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
DI Médicos Associados - SP	Maio de 2010	Incorporado por CPMA em novembro de 2010	-	-
DI Serviços Médicos - SP	Maio de 2010	100	-	-
Centro de Mastologia do Rio de Janeiro Ltda. - RJ - (“CMRJ”) (c)	Julho de 2009	-	Incorporada por NKB Rio em agosto de 2009	-
Laboratório Weinmann S.A. - RS (“Weinmann”)	Outubro de 2009	Incorporada por Fleury S.A. em março de 2010	99,99	-
Biesp - Instituto Paulista de Patologia Clínica Ltda. - SP- (“Biesp Instituto”)	Outubro de 2008	-	Incorporada por NKB São Paulo em agosto de 2009	95,32
Biesp - Laboratório Clínico Ltda. - SP - (“Biesp Laboratório”)	Outubro de 2008	-	Incorporada por NKB São Paulo em agosto de 2009	95,32
Centro de Patologia Clínica Campana Ltda. (“Campana”) - SP	Agosto de 2008	-	Incorporada por Fleury S.A. em setembro de 2009	95,32
Champagnat Laboratório de Análises Clínicas Ltda. (“Champagnat”) - PR	Julho de 2008	-	Incorporada por NKB São Paulo em janeiro de 2009	95,32
GR Análises Clínicas & Toxicológicas Ltda. (“GR”) - PR	Julho de 2008	-	Incorporada por NKB São Paulo em janeiro de 2009	95,32
NKB São Paulo Laboratório de Análises Clínicas Ltda. (“NKB São Paulo”) - SP - (a)	Novembro de 2004	-	Incorporada por Fleury S.A. em agosto de 2009	95,32
Fleury Centro de Procedimentos Médicos Avançados (“Fleury CPMA”) - SP - (b)	Constituído em junho de 2003	100	100	100
NKB Rio S.A. - RJ - (“NKB Rio”) (a)	Setembro de 2002	-	Incorporada por Fleury S.A. em agosto de 2009	95,32

(a) Até 31 de agosto de 2009, as empresas NKB Rio e NKB São Paulo eram controladas diretas da NKB S.A. (“NKB”). A NKB detinha 99,99% de participação direta na NKB Rio e NKB São Paulo e a Sociedade controlava a NKB através de uma participação de 95,33%. A NKB tinha por objeto social o desenvolvimento de atividades de consultoria, assessoria e gestão empresarial e a participação como sócia, acionista ou cotista em outras sociedades civis ou comerciais e em empreendimentos comerciais de qualquer natureza, no Brasil e/ou no exterior, e a administração de bens próprios e de terceiros. Dessa forma, a Sociedade em 31 de dezembro de 2008, detinha, indiretamente, 95,32% das empresas: NKB Rio, NKB São Paulo, Campana, Biesp Instituto, Biesp Laboratório, Champagnat e GR.

(b) Constituído em junho de 2003, atua na prestação de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica. Iniciou suas atividades operacionais em 1º de agosto de 2005 na cidade de São Paulo, e até a data de 19 de novembro de 2009 operava com o nome de Fleury Hospital Dia S.A., passando posteriormente a ser denominado Fleury CPMA.

(c) Em 2 de julho de 2009, a controlada indireta NKB Rio adquiriu 100% do capital social do CMRJ.

Reestruturações societárias

Em 30 de novembro de 2010, a CPMA empresa controlada pelo Fleury S.A. incorporou a totalidade do passivo líquido da controlada DI Associados Médicos Ltda., como segue:

	R$
Caixa e equivalentes de caixa (caixa líquido incorporado)	83
Impostos a recuperar	5
Partes relacionadas	975
Contas a pagar a ex-sócios	(18)
Partes relacionadas	(733)
Obrigações fiscais	(8)
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	(11)
Acervo líquido incorporado	293

Em 15 de outubro de 2009, o Fleury S.A. conclui a aquisição de 100% do capital social do Weinmann, a maior empresa de medicina laboratorial do Estado do Rio Grande do Sul. O acervo líquido consolidado incorporado pelo Fleury S.A. é como segue:

	R$
Caixa e equivalentes de caixa (caixa líquido incorporado)	872
Contas a receber	16.860
Outras contas a receber	7.039
Imobilizado e intangível	3.700
Fornecedores	(3.581)
Empréstimos e financiamentos	(3.680)
Outras contas a pagar	(15.922)
Acervo líquido incorporado	5.288

Em 30 de setembro de 2009, a Sociedade incorporou a totalidade do passivo líquido da controlada Campana, que é composto como segue:

	R$
Caixa e equivalentes de caixa (caixa líquido incorporado)	15.253
Contas a receber	8.404
Outras contas a receber	8.371
Imobilizado e intangível	10.521
Fornecedores	(3.375)
Empréstimos e financiamentos	(28.237)
Outras contas a pagar	(50.151)
Passivo líquido incorporado	(39.214)

Em 31 de agosto de 2009, a Sociedade realizou uma reestruturação societária pela qual o acervo líquido da controlada NKB e de suas respectivas controladas (exceto Campana) foi incorporado ao Fleury S.A.. Após a reestruturação, a Sociedade passou a apresentar apenas duas controladas (Fleury CPMA e Campana), detendo 100% do capital de ambas.

O acervo líquido consolidado incorporado pelo Fleury S.A. é como segue:

	R$
Caixa e equivalentes de caixa (caixa líquido incorporado)	47.600
Contas a receber	57.741
Outras contas a receber	67.575
Imobilizado e intangível	207.434
Fornecedores	(24.032)
Empréstimos e financiamentos	(42.640)
Contas a pagar - aquisição de empresas	(39.181)
Outras contas a pagar	(137.139)
Acervo líquido incorporado	137.358

Combinações de negócios

Em 12 de Maio de 2010, o Grupo Fleury concretizou a aquisição da totalidade das ações representativas do capital social da DI Diagnóstico por Imagem. A DI possui 22 anos de atuação em São Paulo atua no Hospital Alemão Oswaldo Cruz e no HCor - Hospital do Coração, realizando exames de diagnóstico por imagem e medicina nuclear. Como resultado da aquisição, espera-se que o Grupo aumente sua presença nesse mercado. Também se espera a redução de custos por meio de economias de escala.

Em 15 de outubro de 2009, a Sociedade celebrou contrato para aquisição da totalidade das ações representativas do capital social do Weinmann, a maior empresa de medicina laboratorial do Estado do Rio Grande do Sul. Essa entidade tem atuação principalmente na região metropolitana de Porto Alegre e na Região da Serra Gaúcha, atendendo-as com suas duas marcas, Weinmann e Faillace. Como resultado da aquisição, espera-se que o Grupo aumente sua presença nesse mercado. Também se espera a redução de custos por meio de economias de escala.

Em 02 de julho de 2009, a Sociedade celebrou contrato para aquisição da totalidade das ações representativas do capital social do Centro de Mastologia do Rio de Janeiro Ltda., especializada na área de diagnóstico por imagem como Foco na saúde da mulher. Essa entidade tem atuação principalmente na região central do Rio de Janeiro. Como resultado da aquisição, espera-se que o Grupo aumente sua presença nesse mercado. Também se espera a redução de custos por meio de economias de escala.

A análise de reconhecimento e mensuração de ativos adquiridos e passivos assumidos resultou nos seguintes ajustes no valor contábil das empresas adquiridas:

- Ativo não reconhecido anteriormente pela adquirida - Intangível Marcas e Patentes com vida útil de 25 anos: Weinmann (R$6.529);

- Ativo não reconhecido anteriormente pela adquirida - Intangível Marcas e Patentes com vida útil de 10 anos: Faillace (R$1.117);

- Ativo não reconhecido anteriormente pela adquirida - Intangível Marcas e Patentes com vida útil de 10 anos: CMRJ (R$915);

- Ativo não reconhecido anteriormente pela adquirida - Intangível Marcas e Patentes com vida útil de 10 anos: DI (R$1.737).

O Grupo utilizou a metodologia "Relief from Royalty" para cálculo do valor da marca nas combinações de negócios. O método é baseado no princípio que o proprietário da marca conceda o uso da marca a um terceiro. O preço pago pelo terceiro é expresso como uma taxa de royalty. O valor presente líquido dos royalties aplicados as premissas de receita futuras é considerado como o valor da marca. Os fluxos de caixas futuros das marcas foram definidos em função dos cálculos de rentabilidade futura usados nos estudos de aquisição e descontados a valor presente pela taxa de desconto utilizada nos testes de redução ao valor recuperável do ágio do Grupo Fleury.

Os efeitos da totalidade das combinações de negócios, na data de aquisição, no balanço do Grupo Fleury foram:

	2010			2009		
	Valor contábil das empresas adquiridas	Ajustes de valor justo e reconhecimento	Valores justos das empresas adquiridas	Valor contábil das empresas adquiridas	Ajustes de valor justo e reconhecimento	Valores justos das empresas adquiridas
Total do ativo	2.447	1.737	4.184	29.438	8.562	38.000
Total do passivo	2.855	-	2.855	20.421	-	20.421
Valor líquido contábil	(408)			9.017		
Valor líquido ajustes		1.737			8.562	
Valor líquido dos ativos adquiridos e passivos assumidos			**1.329**			**17.579**
Ágio			9.990			49.072
Contraprestação paga a vista			4.100			17.230
Contraprestação a pagar			7.219			49.421
Contraprestação contingente			-			-
Contraprestação transferida			**11.319**			**66.651**

Os ágios que surgem das aquisições representam o benefício econômico futuro esperado das sinergias decorrentes das combinações de negócios, e o valor do ágio que espera ser dedutível para fins fiscais é de R$10.958 para a combinação de negócios ocorrida em 2010 (R$59.325 em 2009).

Despesas de honorários legais externos e due diligence, referentes a combinações de negócios foram incluídos nas despesas administrativas na demonstração de resultado.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco de mercado, que podem afetar os negócios da Sociedade e de suas controladas, estão apresentados a seguir:

Gerenciamento de riscos financeiros

Os principais fatores de risco a que a Sociedade e suas controladas estão expostas são: riscos de mercado (incluindo risco de câmbio e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. Esses riscos são inerentes às suas atividades e são administrados por meio de políticas e controles internos.

A Sociedade possui uma política de gestão de riscos financeiros. A supervisão e o monitoramento das políticas estabelecidas são efetuados por meio de relatórios gerenciais mensais.

Riscos de mercado

Risco de taxa de câmbio. A Sociedade e suas controladas possuem contas a receber, empréstimos e financiamentos e contas a pagar a fornecedores contratados em moeda estrangeira (principalmente o dólar americano). O risco vinculado a esses ativos e passivos decorre da possibilidade de a Sociedade e suas controladas incorrerem em perdas pelas flutuações nas taxas de câmbio. Os passivos sujeitos a esse risco em 31 de dezembro de 2010 representam cerca de 2,75% do saldo total de empréstimos e financiamentos e 2,52 % do total de fornecedores no consolidado. A Sociedade possui saldo a receber de clientes em moeda estrangeira, representando 0,70 % do total de contas a receber no consolidado, que contribui para a redução de sua exposição perante as parcelas dos financiamentos e fornecedores.

A Sociedade apresentava a seguinte exposição líquida em 31 de dezembro de 2010:

	US$ mil	
	Controladora	Consolidado
Ativo circulante-		
Contas a receber	855	855
Total do ativo circulante	855	855
Passivo:		
Empréstimos e financiamentos - circulante	(503)	(503)
Empréstimos e financiamentos - não circulante	(986)	(986)
Fornecedores	(622)	(622)
Total do passivo	(2.111)	(2.111)
Exposição líquida	(1.256)	(1.256)

Para os instrumentos financeiros, a Sociedade e suas controladas consideram como cenário provável (cenário I) a média ponderada das taxas de câmbio futuras do real em relação do dólar norte-americano, obtidas na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros para o vencimento do instrumento, e calculada com base no valor nocional do contrato.

Em atendimento ao disposto na instrução CVM nº 475/08, para determinação dos efeitos do valor justo dos instrumentos financeiros e da posição patrimonial decorrentes da variação desfavorável nas taxas de câmbio, a Sociedade e suas controladas adotaram os cenários de variações negativas mínimas definidas pela referida instrução e equivalentes a 25% (cenário II) e 50% (cenário III) sobre as respectivas taxas de câmbio utilizadas na determinação do cenário provável.

Os valores estão demonstrados brutos de imposto de renda e contribuição social.

		Cenário I (provável)	Variação desfavorável - consolidado		
	Vencimento	(perda) ganho	Risco (*)	Cenário II (perda) ganho	Cenário III (perda) ganho
Taxa de câmbio (em R$)		1,8850		2,3563	2,8276
Clientes	2011	187	Desvalorização US$	590	994
Fornecedores	2011	(136)	Elevação US$	(429)	(722)
Empréstimos e financiamentos	2011	(108)	Elevação US$	(340)	(573)
Empréstimos e financiamentos	2012	(108)	Elevação US$	(340)	(573)
Empréstimos e financiamentos	2013	(108)	Elevação US$	(340)	(573)
Efeito líquido		(273)		(859)	(1.447)

(*) Refere-se ao risco para a Sociedade considerando-se a natureza de cada instrumento financeiro.

Risco de taxa de juros

A Sociedade e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos contratados em moeda nacional subordinados a taxas de juros vinculadas a indexadores, como a TJLP e o CDI, bem como saldo de impostos e tributos a pagar, com juros à taxa SELIC e TJLP. O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa. A Sociedade e suas controladas não têm pactuado contratos de derivativos para fazer cobertura para esse risco por entender que o risco é mitigado pela existência de ativos indexados em CDI.

A análise de sensibilidade dos juros sobre empréstimos e financiamentos utilizou como cenário provável as taxas referenciais obtidas na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros em 31 de dezembro de 2010, e os cenários I e II levam em consideração um incremento nessa taxa de 25% e 50%, respectivamente. Os resultados são como segue:

Cenários	Provável	Cenário I	Cenário II
Taxa do CDI (a.a.)	10,64%	13,26%	15,92%
Despesas com juros projetadas (*)	13.589	16.855	20.750
Taxa da TJLP (a.a.)	6,00%	7,50%	9,00%
Despesas com juros projetadas (*)	443	514	371

(*) Calculados até o término do contrato

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. O Grupo Fleury está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros. No caso de constatação de risco iminente de não realização destes ativos, o grupo registra provisões para trazê-los ao seu valor provável de realização.

Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa do Grupo é realizada na área de Tesouraria. Esta área monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito disponíveis (Nota 13) a qualquer momento, a fim de que o Grupo não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do grupo, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para Tesouraria. A área de Tesouraria investe o excesso de caixa em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e operações de Debêntures (compromissadas), escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem necessária conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Em 31 de dezembro de 2010, o Grupo mantinha aplicações de curto prazo de R$534.160 (R$519.645 em 31 de dezembro de 2009 e R$4.002 em 1º de janeiro de 2009).

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos e derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa temporários. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Em 31 de dezembro de 2010				
Empréstimos e financiamentos	35.164	21.485	32.301	1.457
Instrumentos financeiros derivativos	507	-	-	-
Fornecedores	41.022	-	-	-
Contas a pagar - aquisição de empresas	7.427	11.193	11.440	67
Em 31 de dezembro de 2009				
Empréstimos e financiamentos	39.424	36.255	43.693	12.886
Instrumentos financeiros derivativos	13	-	-	-
Fornecedores	44.239	-	-	-
Contas a pagar - aquisição de empresas	35.187	13.176	16.990	1.473
Em 1o. de janeiro de 2009				
Empréstimos e financiamentos	52.611	34.600	58.501	31.848
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-
Fornecedores	46.773	-	-	-
Contas a pagar - aquisição de empresas	21.112	9.042	10.285	6.453

Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2010 e 2009 podem ser assim sumariados:

	31/12/2010	31/12/2009
Total dos empréstimos	(90.407)	(132.258)
Total caixa e equivalentes de caixa	543.451	528.828
Caixa líquido	453.044	395.570
Total do patrimônio líquido	1.019.065	846.231
Total do capital	1.472.109	1.241.801

Nos períodos acima analisados ocorreu uma sobra de caixa em função do montante captado através do IPO da Sociedade. Com isso, não se faz necessário o cálculo de alavancagem financeira.

Derivativos

A Sociedade possui instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção contra a oscilação da taxa de câmbio na aquisição de serviços e contrato de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.

A Sociedade e suas controladas não contratam instrumentos derivativos para especulação no mercado financeiro. Nos contratos de derivativos não existe nenhuma margem dada em garantia.

A Sociedade e suas controladas mantêm políticas internas com relação aos seus instrumentos derivativos que, na opinião da Administração, são adequados para administrar os riscos associados, bem como assegurar o correto registro em suas demonstrações financeiras.

O valor justo desses instrumentos na data das demonstrações financeiras por contraparte, classificados na rubrica "Instrumentos financeiros derivativos", está demonstrado a seguir:

Modalidade	Valor nocional (US$ mil)	Moeda	Contraparte	Taxa média de câmbio contratada R$	Vencimento	Saldo em 31/12/2009	Resultado no trimestre	Liquidação	Saldo em 31/12/2010
NDF (a)	4.619	US$	Itaú BBA	1,821	29/03/2010 a 28/12/2011	(13)	(385)	(183)	(216)
NDF (a)	825	US$	BTG Pactual	1,8051	24/08/2010 a 24/12/2010	-	(62)	(62)	0
NDF (a)	2.859	US$	Votorantim	1,8055	15/10/2010 a 15/09/2011	-	(329)	(58)	(271)
NDF (a)	221	US$	HSBC	1,8193	27/07/2011 a 15/08/2011	-	(20)	-	(20)
NDF (a)	283	US$	Santander Real	1,7028	31/01/2011	-	19	-	19
Total controladora e consolidado						(13)	(777)	(303)	(488)

Modalidade	Valor nocional (US$ mil)	Moeda	Contraparte	Taxa de câmbio contratada (média) - R$	Vencimento	Saldo em 01/01/2009	Resultado em 2009	Liquidação	Saldo em 31/12/2009
"Swap" (a)	567	US$	Banco Real	1,7628	05/01/2009	270	(4)	266	-
"Swap" (a)	1.696	US$	Banco Votorantim	1,7687	21/01/2009	850	23	873	-
"Swap" (a)	1.032	US$	Unibanco	1,9388	29/06/2009	410	(356)	54	-
NDF (b)	375	US$	Itaú BBA	2,156	29/06/2009	-	(81)	(81)	-
NDF (b)	500	US$	Itaú BBA	2,198	28/09/2009	-	(198)	(198)	-
NDF (b)	500	US$	Itaú BBA	1,857	31/12/2009	-	(52)	(52)	-
NDF (b)	500	US$	Itaú BBA	1,799	29/03/2010	-	(13)	-	(13)
Total controladora e consolidado						1.530	(681)	862	(13)

(a) Durante o exercício a Sociedade realizou operações de "swap", custodiadas na CETIP, com ponta passiva de 106,3% a 109% do CDI e ponta ativa dólar mais juros de 5,8% a 7% ao ano. Essas operações foram contratadas com os Bancos Real, Votorantim e Unibanco.

(b) A Sociedade contratou operações de NDF - "Non Deliverable Forward", custodiadas na CETIP, como instrumento de proteção dos fluxos de caixa futuros em dólares norte-americanos, decorrentes de pagamentos a fornecedores, contra perdas decorrentes de flutuações nas taxas de câmbio que aumentem os saldos de contas a pagar em reais. Essas operações foram contratadas com o Banco Itaú BBA, Votorantin, Santander Real, HSBC e BTG Pactual.

Em 31 de dezembro de 2010, a Sociedade possui instrumentos derivativos em aberto para cobertura de seus empréstimos em moeda estrangeira e pagamentos de fornecedores no montante de US$ 4.514 mil e que apresentam uma perda líquida a pagar no circulante de R$488 na controladora e no consolidado (perda líquida de R$13 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2009) registrada no balanço da Sociedade sob a rubrica "Instrumentos financeiros derivativos".

Os contratos de "swap" e de NDFs liquidados em 2009 apresentaram um ganho total de R$862 e tiveram um impacto no caixa da sociedade de R$584, líquido de impostos.

Em atendimento ao disposto na Instrução CVM nº 475/08 para os instrumentos financeiros derivativos, a Sociedade e suas controladas consideraram como cenário provável (cenário I) as taxas de câmbio futuras do real em relação ao dólar norte-americano, obtidas na BM&FBOVESPA para o vencimento dos instrumentos, e calculada sobre o valor nocional do contrato.

A Sociedade e suas controladas adotaram, conforme determina a Instrução CVM nº 475/08, os cenários equivalentes a 25% (cenário II) e 50% (cenário III) sobre as respectivas taxas de câmbio utilizadas na determinação do cenário provável.

Situação	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
Variação da taxa de câmbio	0%	-25%	-50%	25%	50%
Desvalorização do US$ (taxa em R$)	1,885	1,41375	0,9425	-	-
Valorização do US$ (taxa em R$)	1,885	-	-	2,35625	2,8275

		Variação da taxa de câmbio Controladora e consolidado				
Operação	Cenário I (provável) perda	Risco (*)	Cenário II perda	Cenário III perda	Cenário IV ganho	Cenário V ganho
NDF	244	Desvalorização do US$	(1.766)	(3.777)	2.255	4.266
Financiamentos em US$	(324)	Elevação US$	373	1.070	(1.021)	(1.718)
Fornecedores	(136)	Elevação US$	157	450	(429)	(722)
Efeito líquido	(216)		(1.236)	(2.257)	805	1.826

(*) Refere-se ao risco para a Sociedade considerando-se a natureza de cada instrumento financeiro.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Caixa e depósitos bancários	9.176	7.090	8.280	9.291	8.183	14.399
Aplicações financeiras	534.160	519.645	4.002	534.160	519.645	4.002
	543.336	526.735	12.282	543.451	527.828	18.401

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário - CDB e operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de um título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco), de recomprá-lo e, do comprador (cliente), de revendê-lo no futuro. As aplicações eram remuneradas a taxas que variam entre 100 % até 103 % do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) em 31 de dezembro de 2010, de 100 % até 106 % do CDI em 31 de dezembro de 2009 e de 103% do CDI em 1º de janeiro de 2009.

7. CONTAS A RECEBER

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Duplicatas a receber						
Valores faturados	205.683	144.257	74.117	208.535	163.006	115.529
Valores a faturar	25.761	27.296	1.266	25.761	27.296	20.987
	231.444	171.553	75.383	234.296	190.302	136.516
Outras contas a receber						
Cartões de crédito	672	1.762	213	721	2.381	287
Cheques em cobrança	1.471	1.475	105	1.402	1.556	618
	2.143	3.237	318	2.123	3.937	905
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(32.890)	(39.585)	(11.090)	(33.039)	(41.580)	(30.117)
Total contas a Receber	200.697	135.205	64.611	203.380	152.659	107.304
Circulante	200.697	135.142	64.611	203.380	152.596	107.254
Não circulante	-	63	-	-	63	50

O resumo por vencimento das duplicatas a receber é o seguinte:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Saldos a vencer (*)	107.731	61.924	44.647	108.046	76.262	59.962
Saldos vencidos até 60 dias	35.761	22.116	10.731	36.121	23.952	18.715
Saldos vencidos de 60 a 120 dias	11.760	11.265	7.453	12.466	12.260	27.863
Saldos vencidos acima de 120 dias	76.192	76.248	12.552	77.663	77.828	29.976
	231.444	171.553	75.383	234.296	190.302	136.516

(*) O vencimento dessas contas dá-se, em média, em 35 dias.

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Saldo no início do exercício	(39.585)	(11.090)	(41.580)	(30.117)
Baixa de títulos incobráveis	29.966	-	29.966	-
Adições, líquidas de reversões (PDD)	(13.599)	(3.828)	(13.603)	(9.613)
Adição por aquisição de empresas	-	-	-	(1.850)
Transferência por incorporações	(1.850)	(24.667)	-	-
Adições, líquidas de reversões (Glosas)	(7.822)	-	(7.822)	-
Saldo no fim do exercício	(32.890)	(39.585)	(33.039)	(41.580)

A Sociedade e suas controladas possuem certo grau de concentração em suas carteiras de clientes. Em 31 de dezembro de 2010, a concentração dos quatro principais clientes é de 33% do total da carteira (25% em 31 de dezembro de 2009). Em 2010 a concentração de receita dos quatro principais clientes é de 35% (38% em 2009).

8. ESTOQUES

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
"Kits" para diagnósticos	4.596	5.244	3.292	4.596	7.437	5.999
Material de enfermagem e coleta	1.825	1.323	1.328	1.826	1.447	1.862
Materiais auxiliares para laboratório	1.384	1.649	1.799	2.302	2.195	2.901
Materiais administrativos, promocionais e outros	746	1.039	696	788	1.510	1.227
	8.551	9.255	7.115	9.512	12.589	11.989
Provisão para perdas em estoque	-	(139)	(139)	-	(139)	(139)
	8.551	9.116	6.976	9.512	12.450	11.850

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

Representam os valores de tributos pagos antecipadamente, calculados por meio de estimativas e retenção na fonte, a maior parte dos quais, passível de compensação com tributos futuros, como segue:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Imposto de renda retido na fonte - IRRF (a)	6.846	9.217	3.233	6.936	9.272	7.985
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL (b)	6.185	7.974	971	6.232	8.160	8.212
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ (b)	3.647	5.335	-	3.647	5.708	5.648
Imposto sobre serviços - ISS (c)	2.172	967	200	2.172	967	651
Instituto nacional do seguro social - INSS - previdência social (d)	2.102	3.261	1.757	2.102	3.261	2.192
Contribuição para o financiamento da seguridade Social - COFINS	1.468	2.630	617	1.498	2.630	1.913
Programa de Integração Social - PIS	144	590	25	151	590	601
Outros	2.224	828	42	2.225	828	605
	24.788	30.802	6.845	24.963	31.416	27.807
Circulante	17.204	15.693	6.479	17.379	16.307	12.346
Não circulante	7.584	15.109	366	7.584	15.109	15.461

(a) IRRF sobre os resgates de aplicações financeiras e prestação de serviços às operadoras de planos de saúde e outras Pessoas Jurídicas.

(b) Os saldos referem-se a valores oriundos de empresas adquiridas. Tais valores serão utilizados para compensação com impostos e contribuições a recolher.

(c) ISS retido sobre as notas fiscais de faturamento por serviços prestados para convênios.

(d) INSS retido sobre as notas fiscais de faturamento por serviços prestados principalmente a hospitais.

10. INVESTIMENTOS

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Investimentos em controladas:						
Fleury CPMA						
Custo	6.362	4.790	2.501	-	-	-
Ágio	1.351	1.351	1.351	-	-	-
	7.713	6.141	3.852	-	-	-
Laboratório Weinman						
Custo	-	5.342	-	-	-	-
Ágio	-	45.145	-	-	-	-
Intangível	-	7.538	-	-	-	-
	-	58.025	-	-	-	-
NKB						
Custo	-	-	23.787	-	-	-
Ágio			20.253			
	-	-	44.040	-	-	-
	7.713	64.166	47.892	-	-	-
Outros investimentos	246	246	-	246	246	-
	7.959	64.412	47.892	246	246	-

Movimentação dos saldos de investimentos:

	Fleury CPMA (a)	Weinmann (c)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2009	6.141	58.025	64.166
Ágios-			
Transferência por incorporação	-	(45.145)	(45.145)
	-	(45.145)	(45.145)
Intangível-			
Transferência por incorporação	-	(7.538)	(7.538)
	-	(7.538)	(7.538)
Investimentos:			
Equivalência patrimonial	(3.485)	810	(2.675)
Integração de capital	5.057	-	5.057
Incorporação	-	(6.152)	(6.152)
	1.572	(5.342)	(3.770)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	**7.713**	**-**	**7.713**

Notas Explicativas Fleury S.A. e Empresas Controladas

	Fleury CPMA (a)	NKB (b)	Weinmann (c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2009	**3.852**	**44.040**	**-**	**47.892**
Ágios:				
Transferência por incorporação	-	(20.253)	-	(20.253)
Adições	-	-	45.145	45.145
	-	(20.253)	45.145	24.892
Intangível:				
Adições	-	-	7.538	7.538
	-	-	7.538	7.538
Investimentos:				
Aumento de capital em controlada	9.966	78.866	-	88.832
Aquisições de participações minoritárias	-	2.482	-	2.482
Aquisições de empresas	-	-	4.950	4.950
Perda por variação de percentual de participação	-	(875)	-	(875)
Equivalência patrimonial	(7.677)	(10.186)	392	(17.471)
Incorporação	-	(94.074)	-	(94.074)
	2.289	(23.787)	5.342	(16.156)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	**6.141**	**-**	**58.025**	**64.166**

(a) Os principais dados do Fleury CPMA são como segue:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Participação - %	100,00	100,00	100,00
Capital social integralizado	44.158	39.101	34.158
Patrimônio líquido	6.391	4.790	2.501
Prejuízo do exercício	(3.456)	(7.677)	(7.736)

(b) Os principais dados da NKB são como segue:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Participação - %	-	-	95,33
Capital social integralizado	-	-	114.603
Patrimônio líquido	-	-	24.954
Prejuízo do exercício	-	-	(20.881)

(c) Os principais dados do Weinmann são como segue:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Participação - %	-	100,00	-
Capital social integralizado	-	5.501	-
Patrimônio líquido	-	5.342	-
Lucro líquido do período (*)	-	392	-

(*) Calculado de setembro a dezembro de 2009

11. IMOBILIZADO

		Controladora				
	Taxa média anual de depreciação - %	31/12/2010 Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	31/12/2009 Saldo líquido	1/1/2009 Saldo líquido
Máquinas e equipamentos	5 a 20	135.307	(64.228)	71.079	60.928	51.955
Instalações	10	58.328	(19.566)	38.762	23.023*	8.888
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	42.736	(34.289)	8.447	10.792	6.321
Equipamentos de informática	20	31.183	(23.207)	7.976	4.166	1.675
Móveis e utensílios	10	28.602	(19.096)	9.506	8.730	6.412
Imóveis	2	28.208	(3.740)	24.468	23.759*	-
Terrenos	-	11.488	-	11.488	8.266	8.266
Imobilizado em andamento	-	1.440	-	1.440	8.687	34.036
Veículos	20	697	(249)	448	465	-
		337.989	(164.375)	173.614	148.816	117.553

		Consolidado				
	Taxa média anual de depreciação - %	31/12/2010 Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	31/12/2009 Saldo líquido	1/1/2009 Saldo líquido
Máquinas e equipamentos	5 a 20	141.149	(66.312)	74.837	65.714	62.638
Instalações	10	60.101	(20.432)	39.669	25.358 (*)	14.596
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	44.879	(36.134)	8.745	11.298	16.114
Equipamentos de informática	20	31.770	(23.673)	8.097	4.782	3.744
Móveis e utensílios	10	29.707	(19.569)	10.138	9.886	9.908
Imóveis	2	28.208	(3.740)	24.468	23.759 (*)	176
Terrenos	-	11.488	-	11.488	8.266	8.266
Imobilizado em andamento	-	1.471	-	1.471	8.718	36.462
Veículos	20	697	(249)	448	465	553
		349.470	(170.109)	179.361	158.246	152.457

(*) Reclassificação entre classes de imobilizado em 2009.

Notas Explicativas Fleury S.A. e Empresas Controladas

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Saldos no início do período	148.816	117.553	158.246	152.457
Adições:				
Máquinas e equipamentos	19.885	9.910	19.885	11.841
Instalações	16.789	5.207	16.789	11.896
Benfeitorias em imóveis de terceiros	221	-	221	-
Equipamentos de informática	5.258	2.908	5.258	4.449
Móveis e utensílios	1.322	732	1.322	2.307
Imóveis	3.296	7	3.296	7
Veículos	-	-	-	157
Outros	2.881	1.631	3.047	1.631
Total de adições	49.652	20.395	49.818	32.288
Transferências para Intangível	(2.401)	-	(2.401)	-
Baixas líquidas	(1.256)	(1.304)	(1.256)	(1.721)
Depreciações	(24.187)	(20.365)	(25.130)	(24.778)
Saldo aquisição de empresas	-	-	84	-
Saldo de incorporação	2.990	32.537	-	-
Saldos no fim do período	173.614	148.816	179.361	158.246

A sociedade revisou a vida útil econômica de seus ativos em 2010, o impacto pela adoção as novas práticas contábeis quanto a avaliação das novas vidas úteis é:

	Política de acordo com as práticas contábeis anteriores		Política de acordo com as novas práticas contábeis		Impacto da mudança 2010
	Taxa média anual de depreciação %	Vida útil média (anos)	Taxa média anual de depreciação %	Vida útil média (anos)	Valor
Imóveis	4	25	1,67	60	642
Máquinas e equipamentos	9	11	20 a 5	5 a 20	(1.030)

Em 31 de dezembro de 2010, a Sociedade mantém saldo de reavaliação registrado, líquido de depreciação, no montante de R$3.142 (R$4.107 em 31 de dezembro de 2009) para máquinas e equipamentos. A depreciação da reavaliação não é reintegrada à base de distribuição dos dividendos.

Arrendamento mercantil

A composição das operações de arrendamento por categoria de ativos em 31 de dezembro de 2010 é como segue:

		Consolidado				
	Taxa média anual de depreciação - %	31/12/2010 Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	31/12/2009 Saldo líquido	01/01/2009 Saldo líquido
Máquinas e equipamentos	10	135	(12)	123	202	-
Equipamentos de informática	20	78	(34)	44	66	-
		213	(46)	167	268	-

Os ativos objeto dos arrendamentos mercantis foram dados em garantia às respectivas operações de financiamento. As despesas de depreciação dos ativos adquiridos por meio de operações de arrendamento mercantil no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, registradas na rubrica "Custo dos serviços prestados", são de R$52 (R$9 em 2009).

12. INTANGÍVEL

		Controladora				
	Taxa média anual de amortização - %	31/12/2010 Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	31/12/2009 Saldo líquido	01/01/2009 Saldo líquido
Ágios	-	321.169	(44.414)	276.755	224.160	29.949
Direito de uso de software	20	44.631	(23.564)	21.067	17.420	14.400
Marcas e patentes	4 a 10	9.071	(573)	8.498	8.962	12
Franquias	-	2.550	-	2.550	2.550	-
Outros	10	2.184	(279)	1.905	1.332	291
		379.605	(68.830)	310.775	254.424	44.652

		Consolidado				
	Taxa anual de amortização - %	31/12/2010 Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	31/12/2009 Saldo líquido	01/01/2009 Saldo líquido
Ágios	-	332.510	(44.413)	288.097	278.194	220.719
Direito de uso de software	20	44.948	(23.861)	21.087	18.002	17.007
Marcas e patentes	4 a 10	10.809	(602)	10.207	8.962	501
Franquias	-	2.550	-	2.550	2.550	-
Outros	10	5.028	(2.905)	2.123	1.773	1.411
		395.845	(71.781)	324.064	309.481	239.638

A movimentação do intangível está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Saldos no início do período	254.424	44.652	309.481	239.638
Adições:				
Ágios	-	6.927	9.990	57.238
Direito de uso de software	7.810	4.670	7.804	6.617
Marcas e patentes	-	-	1.737	8.562
Franquias	-	2.550	-	2.550
Outros	570	17	611	1.081
Total de adições	8.380	14.164	20.142	76.048
Transferências (*)	55.084	-	2.401	-
Baixas líquidas	(321)	-	(321)	-
Amortizações	(7.439)	(4.603)	(7.842)	(6.205)
Ágio de empresas incorporadas	-	20.253	-	-
Saldo aquisição de empresas	-	-	203	-
Saldo incorporado	647	179.958	-	-
Saldos no fim do período	310.775	254.424	324.064	309.481

(*) Principalmente compostas pelo ágio de controladas incorporadas durante os exercícios, previamente classificadas junto ao investimento.

A amortização do ativo intangível está registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas” nas demonstrações do resultado.

Ágio

Até 31 de dezembro de 2008 o ágio vinha sendo amortizado considerando um prazo de dez anos. Em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir de 1º de janeiro de 2009, os saldos de ágio deixaram de ser amortizados, sendo o seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, ou sempre que há indicadores de perda de valor. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, não houve necessidade de constituir provisão para redução dos ativos ao seu valor recuperável.
Os ágios gerados foram fundamentados na expectativa de rentabilidade futura.

Revisão de perda por redução ao valor recuperável

O ágio resultante de combinações de negócios é um ativo intangível com vida útil indefinida e, portanto, não é amortizado mas testado anualmente a perda por redução ao valor recuperável.

O ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado às Unidades Geradoras de Caixa, definidas de acordo as práticas contábeis do grupo. Segue abaixo a alocação do ágio por Unidade Geradora de Caixa:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Medicina diagnóstica	278.107	278.194	220.719
Hospitais	9.990	-	-
	288.097	278.194	220.719

O valor recuperável dessas unidades geradoras de caixa é determinado com base no cálculo do valor em uso utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro de cinco anos aprovado pela Administração e taxa de desconto de 13% ao ano (13% ao ano em 2009).

As projeções dos fluxos de caixa para o período orçado baseiam-se nas mesmas margens brutas esperadas para o período e na inflação do preço da matéria-prima para o período. Os fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados a uma taxa de crescimento anual constante de 5% (2009: 5%) que corresponde à taxa de crescimento média a longo prazo projetada para a indústria. A Administração acredita que qualquer tipo de mudança razoavelmente possível nas premissas-chave, nas quais o valor recuperável se baseia, não levaria o valor contábil total a exceder o valor recuperável total da unidade geradora de caixa.

Direitos de software

Os direitos de uso de software correspondem a sistemas e desenvolvimento da intranet. Os direitos de uso de software são ativos intangíveis com vida útil definida, a vida útil estimada desta classe de ativos é de 5 anos.

Marcas e patentes

Marcas e patentes correspondem principalmente as marcas registradas e patentes adquiridas em combinações de negócios. Marcas e patentes são ativos intangíveis com vida útil definida, a vida útil estimada desta classe de ativos é de 10 a 25 anos.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos e financiamentos foram obtidos basicamente para aquisição de empresas, equipamentos e capital de giro, e são compostos como segue:

	Encargos - % (a)	Controladora			Consolidado			Vencimento
		31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	
Moeda nacional:								
Banco Itaú	106,7 do CDI (b)	38.045	51.545	46.591	38.045	51.909	46.654	Março de 2011 a outubro de 2014
Unibanco - capital de giro	107,5 do CDI (b)	20.554	27.750	-	20.554	27.750	34.541	Outubro de 2013 a janeiro de 2014
Banco Real - capital de giro	CDI (b) + 1 a.a.	18.465	22.996	-	18.465	22.996	28.696	Outubro de 2014
FINEP	4,3 a.a.	5.787	2.505	-	5.787	2.505	-	Setembro de 2017
BNDES	TJLP (c) + 3,3	4.994	7.404	8.728	4.994	8.190	10.448	Abril de 2012 a fevereiro de 2013
Arrendamento mercantil	1,26% a.m	80	-	-	80	182	-	Março de 2012
Outros		-	140	68	-	158	153	

Notas Explicativas Demonstrações Financeiras Consolidadas

	Encargos - % (a)	Controladora 31/12/2010	Controladora 31/12/2009	Controladora 01/01/2009	Consolidado 31/12/2010	Consolidado 31/12/2009	Consolidado 01/01/2009	Vencimento
Banco Itaú - conta garantida	135 do CDI (b)	-	-	-	-	-	7.953	Maio de 2009
Banco do Brasil	TJLP (c) + 5,2% a.a.	-	-	-	-	-	43	Outubro de 2009
Banrisul	CDI + 8,08	-	-	-	-	167	-	Maio de 2010
Citibank	14,92 a.a.	-	-	-	-	158	-	Julho de 2011
Bradesco - capital de giro	109,6 a.a. do CDI	-	12.491	17.147	-	12.491	31.242	Fevereiro de 2011 a março de 2013
Moeda estrangeira (US$):								
Banco Itaú - Finimp	Variação cambial + 1,3 a.a.	2.482	3.463	5.275	2.482	3.463	5.275	Julho de 2013
Votorantim - Resolução nº 2.770	Variação cambial + 7 a.a.	-	-	4.230	-	-	4.230	Janeiro de 2009
Banco Real - Resolução nº 2.770	Variação cambial + 5,8 a.a.	-	-	-	-	-	1.402	Janeiro de 2009
Unibanco - Resolução nº 2.770	Variação cambial + 6,5 a.a.	-	-	-	-	-	2.411	Junho de 2009
Banco Real - Finimp	Variação cambial + 7,8 a.a.	-	566	1.517	-	566	1.517	Dezembro de 2010
Philips Medical	Variação cambial + 8,5 a.a.	-	1.355	2.295	-	1.355	2.295	Maio de 2011 a abril de 2014
UPS Capital Business Credit	Variação cambial + 8,4 a.a.	-	368	-	-	368	700	Dezembro de 2014
		90.407	130.583	85.851	90.407	132.258	177.560	
Circulante		35.164	37.975	19.162	35.164	39.424	52.611	
Não circulante		55.243	92.608	66.689	55.243	92.834	124.949	

(a) Taxa média ponderada.

(b) Certificado de Depósito Interbancário - CDI, equivalente a 10,64% ao ano em 31 de dezembro de 2010 e 8,55% ao ano em 31 de dezembro de 2009.

(c) Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, equivalente a 6,00% ao ano em 31 de dezembro de 2010 e 6,00% ao ano em 31 de dezembro de 2009.

Os vencimentos das parcelas não circulantes em 31 de dezembro de 2010 são como segue:

	Controladora e Consolidado
2012	21.485
2013	19.644
2014	11.801
2015	856
2016 em diante	1.457
	55.243

Determinados empréstimos possuem cláusulas financeiras restritivas ("covenants"), incluindo, entre outros: (a) efetivação ou formalização de garantias reais ou fidejussórias; (b) restrições quanto à mudança, transferência ou cessão de controle societário ou acionário, incorporação, fusão ou cisão sem prévia anuência do credor; e (c) manutenção de índices financeiros e de liquidez medidos semestralmente (junho e dezembro). A Sociedade possui um financiamento para capital de giro junto ao Banco Itaú no montante de R$38.045 em 31 de dezembro de 2010 (R$51.909 em 31 de dezembro de 2009 e R$46.654 em 1º de janeiro de 2009), que possui uma cláusula restritiva para a manutenção de índices financeiros e de liquidez medidos semestralmente (junho e dezembro) com base no "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization" - EBITDA maior ou igual a 0,5 vezes o montante da dívida líquida (empréstimos e financiamentos reduzidos de caixa e equivalentes de caixa) e avais. Em 31 de dezembro de 2010, a Sociedade e suas controladas estão adimplentes com essas cláusulas.

O empréstimo com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP possui uma cláusula que obriga a Sociedade a assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do contrato através da emissão de carta de fiança bancária no valor de todo o financiamento. A carta foi emitida pelo banco HSBC no valor total de R$7.098, em 1º de julho de 2009, e gerou uma despesa de R$208 no resultado do exercício de 2010 (R$104 em 2009).

Os valores contábeis dos empréstimos do Grupo são mantidos nas seguintes moedas:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Reais	87.925	124.691	72.534	87.925	126.348	159.730
Dólar norte-americano	2.482	5.752	13.317	2.482	5.910	17.830

14. FORNECEDORES

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Fornecedores nacionais	40.160	39.409	23.478	39.986	43.956	44.963
Fornecedores do exterior	1.036	283	1.801	1.036	283	1.810
	41.196	39.692	25.279	41.022	44.239	46.773

O saldo da rubrica "Fornecedores nacionais" refere-se, em sua grande maioria, a fornecedores de reagentes, kits para diagnósticos e materiais.

15. SALÁRIOS E ENCARGOS A RECOLHER

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Salários a pagar	2.009	2.447	984	2.009	2.607	1.517
Provisão para férias e 13º salário	16.952	16.942	11.272	16.968	18.423	17.099
Provisão para participação nos resultados	8.846	11.136	9.268	8.852	12.066	11.217
Encargos sociais a recolher e outros	6.489	7.123	4.797	6.489	7.762	5.648
	34.296	37.648	26.321	34.318	40.858	35.481

16. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Sociedade e suas controladas estão sujeitas a riscos tributários, trabalhistas e cíveis decorrentes do curso normal das suas operações. Em bases periódicas, a Administração revisa o quadro de contingências conhecidas, avalia as prováveis perdas e ajusta a respectiva provisão considerando a opinião de seus assessores legais e demais dados disponíveis nas datas de encerramento dos exercícios, tais como natureza dos processos e experiência histórica. Em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009 e 01 de janeiro de 2009, o saldo da rubrica “Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis” era como segue:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Fiscais e previdenciárias	9.105	14.338	38.699	9.105	16.779	54.315
Trabalhistas	7.327	6.484	4.013	7.327	6.743	8.383
Cíveis	1.027	2.196	324	1.027	2.671	1.016
	17.459	23.018	43.036	17.459	26.193	63.714
Depósitos judiciais	(9.642)	(7.431)	(1.654)	(9.642)	(9.010)	(5.818)
	7.817	15.587	41.382	7.817	17.183	57.896

As movimentações das provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009 são como segue:

	Controladora						
	Saldo em 31/12/2009	Adições	Reversões	Aumento por incorporação	Reclassificações e pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2010
Fiscais e previdenciárias	14.338	3.114	(5.105)	655	(5.716)	1.819	9.105
Trabalhistas	6.484	5.358	(2.432)	-	(2.911)	827	7.327
Cíveis	2.196	377	(70)	-	(1.654)	178	1.027
	23.018	8.849	(7.606)	655	(10.280)	2.824	17.459
Depósitos judiciais	(7.431)	(153)	-	(1.576)	-	(482)	(9.642)
	15.587	8.696	(7.606)	(921)	(10.280)	2.342	7.817

	Controladora						
	Saldo em 01/01/2009	Adições	Reversões	Aumento por incorporação	Reclassificações e pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2009
Fiscais e previdenciárias	38.699	13.125	(31.065)	15.343	(23.914)	2.150	14.338
Trabalhistas	4.013	600	(1.065)	2.638	(525)	823	6.484
Cíveis	324	-	(640)	2.414	-	98	2.196
	43.036	13.725	(32.770)	20.395	(24.439)	3.071	23.018
Depósitos judiciais	(1.654)	(2.491)	-	(4.566)	1.540	(260)	(7.431)
	41.382	11.234	(32.770)	15.829	(22.899)	2.811	15.587

	Consolidado						
	Saldo em 31/12/2009	Adições	Utilizações e reversão	Aumento por incorporação	Reclassificações e pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2010
Fiscais e previdenciárias	16.779	3.174	(5.424)	-	(7.264)	1.840	9.105
Trabalhistas	6.743	5.987	(2.432)	-	(3.799)	827	7.327
Cíveis	2.671	377	(124)	-	(2.077)	181	1.027
	26.193	9.538	(7.980)	-	(13.140)	2.848	17.459
Depósitos judiciais	(9.010)	(153)	3	-	-	(482)	(9.642)
	17.183	9.385	(7.977)	-	(13.140)	2.366	7.817

	Consolidado						
	Saldo em 01/01/2009	Adições	Utilizações e reversão	Aumento por incorporação	Reclassificações e pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2009
Fiscais e previdenciárias	54.315	17.528	(31.065)	2.371	(28.592)	2.222	16.779
Trabalhistas	8.383	600	(1.065)	-	(1.998)	823	6.743
Cíveis	1.016	-	(640)	461	1.722	112	2.671
	63.714	18.128	(32.770)	2.832	(28.868)	3.157	26.193
Depósitos judiciais	(5.818)	(4.070)	-	-	1.540	(662)	(9.010)
	57.896	14.058	(32.770)	2.832	(27.328)	2.495	17.183

Processos classificados como de risco de perda provável, para as quais foram registradas provisões

Com referência aos processos classificados como de risco de perda provável, destacam-se as seguintes discussões na Sociedade e em sua controlada:

Fiscais e previdenciárias:

Imposto sobre serviço ISS - Discussões oriundas de empresas adquiridas e incorporadas pela Sociedade que, por se tratarem de sociedades uni profissionais, estariam submetidas à tributação em bases fixas, calculada de acordo com o número de sócios e empregados com qualificação profissional médica e não com base no faturamento à alíquota de 5%. Em dezembro de 2010, o montante total de R$3.279 encontra-se provisionado pela Sociedade.

Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS: os questionamentos envolvem a isenção da contribuição para sociedades civis prestadoras de serviços relativos a profissões legalmente regulamentadas. A Lei Complementar nº 70/91, que institui a COFINS, tratou da isenção dispensada a esses tipos de sociedades, contudo com o advento da Lei n° 9.430/96 esta foi expressamente revogada passando-se a exigir a contribuição em face da receita bruta das prestadoras de serviços. Os assessores legais entendem que, por se tratar de uma lei ordinária, a Lei nº 9.430/96 não poderia ter revogado a isenção instituída pela Lei Complementar nº 70/91. Entretanto, tendo em vista o Supremo Tribunal Federal já ter se manifestado contrariamente à tese em referência, a Sociedade registra provisão para cobrir riscos no valor de aproximadamente R$4.300 em 31 de dezembro de 2010.

Trabalhistas:

No que diz respeito aos processos trabalhistas em geral, as matérias discutidas são: (i) horas extras; (ii) adicional de insalubridade; (iii) reintegração em razão de estabilidade por doença ocupacional ou acidente de trabalho; (iv) responsabilidade subsidiária; e (v) danos morais e materiais. Considerando as perdas históricas efetivamente liquidadas, a administração da Sociedade considera que a provisão constituída é suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso.

Processos classificados como de risco de perda possível

Em 31 de dezembro de 2010, a Sociedade possui um montante consolidado de aproximadamente R$175.000 referente a outros processos classificados como risco de perda possível pelos seus assessores legais, R$111.000 referentes a questões fiscais e previdenciárias, R$16.000 referentes a questões cíveis e R$48.000 referentes a questões trabalhistas.

As principais questões de processos classificados como de risco de perda possível são: (i) processo administrativo para recolhimento de crédito tributário referente à retenção de 11% da contribuição previdenciária no período de junho de 2003 a junho de 2006 (R$27.000) - atualmente, a Sociedade elabora recurso especial para apresentação ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais; (ii) processo administrativo que visa a descaracterização de pessoas jurídicas prestadoras de serviços médicos para caracterização de relação de emprego (R$23.000) - atualmente, aguarda-se julgamento de recursos administrativos e julgamento da ação anulatória em primeira instância judicial; e (iii) processo administrativo onde o Município de Santo André pleiteia crédito tributário municipal (R$5.000) - na esfera administrativa aguarda-se julgamento de recurso de segunda instância desde 25 de agosto de 2008. A administração não espera incorrer em despesas e desembolsos materiais referentes a estes processos.

Depósitos judiciais

Quando requerido, são efetuados depósitos judiciais para garantir as causas em disputa. Tais depósitos, totalizando R$4.652, na controladora e R$4.655 no consolidado em 31 de dezembro de 2010 (R$3.657 em 31 de dezembro de 2009), estão classificados no ativo não circulante e referem-se a causas consideradas pelos assessores legais da Sociedade como de risco de perda remoto ou possível. Os depósitos judiciais referentes às causas consideradas como risco de perda provável estão classificados no passivo não circulante, reduzindo o saldo da respectiva provisão.

17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Parcelamento REFIS - Lei 11.941 (a)	29.651	16.294	-	29.651	16.294	9.702
Parcelamento ISS (b)	20.120	27.015	14.190	20.120	27.045	29.118
ICMS sobre importações (c)	13.333	8.957	-	13.333	8.957	-
ICMS depósitos judiciais (c)	(9.240)	(8.503)	-	(9.240)	(8.503)	-
COFINS a recolher (d)	6.520	5.120	-	6.536	5.184	-
IRRF (e)	4.241	805	632	4.248	907	863
ISS (incluído no Programa de Recuperação Fiscal Setorial - Prefis) (f)	3.791	12.676	-	3.791	12.676	12.223
ISS a recolher.	2.361	1.557	790	2.452	1.696	1.703
INSS a recolher	2.159	2.005	-	2.161	2.005	-
PIS a recolher	712	784	174	733	807	683
Parcelamento Especial - PAES (g)	-	11.827	-	-	13.287	16.691
Parcelamento de Instituto nacional do seguro social INSS	-	7.127	-	-	7.127	9.694
Outros	2.215	5.886	681	2.215	7.196	6.464
	75.863	91.550	16.467	76.000	94.678	87.141
Circulante	11.599	19.322	4.399	11.736	19.682	25.341
Não circulante	64.264	72.228	12.068	64.264	74.996	61.800

(a) A Sociedade optou por efetuar o pedido de adesão ao Programa de Parcelamento de Débitos Federais, intitulado REFIS IV, definido pela Lei n° 11.941/09. Os pedidos de adesão foram efetuados tanto para débitos que se encontravam parcelados em programas anteriores, bem como para novos débitos. A adesão ocorreu por meio de programa disponibilizado no sítio da Receita Federal do Brasil, e, somado a isso, a Sociedade requereu administrativamente perante esse órgão, o aproveitamento do prejuízo fiscal e da base negativa da contribuição social registrados em agosto de 2009, para quitação da multa e de juros à vista e parcelamento do principal em 120 meses com redução de 60% da multa, 25% dos juros, e 100% dos encargos legais, nos termos do que lhe garante o artigo 1º da Lei nº 11.941/09 e artigos 15 e 17 da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06/09. Atualmente, a Sociedade aguarda a consolidação dos débitos parcelados no REFIS IV e, até que ocorra esse evento, cumpre com o pagamento de parcelas mínimas impostas por esse novo programa de parcelamento, atualizado pela Selic. Em dezembro de 2009, a Receita Federal do Brasil concedeu o deferimento de todos os pedidos de adesão efetuados pela Sociedade. Durante o trimestre findo em 30 de junho de 2010, a Sociedade finalizou a análise de prejuízos fiscais disponíveis para abatimento de dívidas no âmbito do REFIS IV e confirmou junto à Receita Federal do Brasil, em agosto de 2010, os valores a serem utilizados. Desta forma, em junho de 2010 a Sociedade compensou parte das multas e dos juros remanescentes com créditos de impostos não constituídos anteriormente, representados por prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de controladas, no valor de R$14.632, tendo creditado os valores correspondentes à redução dos passivos no resultado em 2010, à conta de "Outras despesas e receitas operacionais".

(b) A Sociedade mantém parcelamento com a Prefeitura do Município de São Paulo denominado como Programa de Parcelamento Incentivado - PPI e em 31 de dezembro de 2010 o saldo a pagar é R$20.120, (R$27.015 em 31 de dezembro de 2009, contempla também parcelamentos com as Prefeituras de Curitiba, Salvador e Rio de Janeiro que foram quitados em 2010), atualizado monetariamente pela Selic.

(c) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS - que a Sociedade é requerida a recolher na aquisição de máquinas e equipamentos destinados ao seu ativo imobilizado. A Sociedade mantém um processo judicial contra o Estado de São Paulo, pois, em seu entendimento, esta cobrança é indevida. Do montante total provisionado pela Sociedade, encontram-se depositados em juízo o valor de R$9.240 (R$8.503 em 31 de dezembro de 2009).

(d) O saldo refere-se principalmente à provisão constituída para amparar o questionamento da Sociedade quanto à majoração de alíquota da COFINS.

(e) Da totalidade do saldo, R$3.449 refere-se ao imposto de renda retido na fonte decorrente do pagamento de "Juros sobre Capital Próprio".

(f) A totalidade do saldo refere-se ao parcelamento de débito de ISS junto a Prefeitura do Município do Recife incluído no Programa de Recuperação Fiscal Setorial PREFIS, conforme Lei 17.029/2004. De acordo com o facultado pela Lei 17.384/07, a Sociedade renunciou à participação neste parcelamento, o que lhe concede remissão do valor parcial do débito principal atualizado monetariamente pelo IPCA em conformidade com a Legislação Municipal, e a totalidade dos créditos tributários relativos a juros e multa e por infração fiscal. Foi reconhecido no resultado em 2010 o ganho no valor de R$9.251 na conta de "Outras despesas e receitas operacionais".

(g) Programa de parcelamento PAES instituído pela Lei nº 10.684/03, pelo qual a Sociedade optou por aderir e reparcelar o saldo de acordo com as disposições da Lei 11.941/09, o saldo em questão foi reclassificado para parcelamento Refis.

Os vencimentos das parcelas não circulantes em 31 de dezembro de 2010 são como segue:

	Consolidado
2012	3.701
2013	3.701
2014	3.701
2015 em diante	53.161
	64.264

18. CONTAS A PAGAR - AQUISIÇÃO DE EMPRESAS

Referem-se às dívidas assumidas por aquisição de empresas, a serem pagas mensalmente à medida da ocorrência dos termos contratuais, sendo atualizadas mensalmente, principalmente pelo IGP-M da Fundação Getúlio Vargas - FGV e IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Esses valores totalizam R$30.127 (R$7.427 no circulante e R$22.700 no não circulante) no consolidado em 31 de dezembro de 2010 (R$35.187 no circulante e R$31.639 no não circulante em 31 de dezembro de 2009).

Os vencimentos das parcelas não circulantes em 31 de dezembro de 2010 são como segue:

Vencimento	Controladora	Consolidado
2012	7.723	11.193
2013	6.128	6.175
2014	4.353	4.401
2015	818	864
2016	67	67
	19.089	22.700

O ajuste a valor presente referente à aquisição das empresas Di Médicos Associados e Di Serviços Médicos, no exercício 2010, é de R$670.

19. COMPROMISSOS

O Grupo Fleury possui contratos de arrendamento mercantil operacional de equipamentos, cujo valor das prestações futuras, em 31 de dezembro de 2010, era R$532 (R$1.446 em 31 de dezembro de 2009). Os compromissos consolidados eram de R$532 em 31 de dezembro de 2010 (R$1.658 em 31 de dezembro de 2009).

A posição dos compromissos assumidos, demonstrados ao seu valor justo, é a seguinte:

	Controladora e Consolidado
2011	515
2012	17
	532

Parte significativa dos imóveis utilizados nas atividades operacionais é alugada, com prazos e valores suportados por contratos com períodos de vigência entre quatro e seis anos. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, as despesas com aluguéis de imóveis na Sociedade foram de R$40.071 (R$27.557 em 31 de dezembro de 2009), e no consolidado foram de R$41.593 (R$39.304 em 31 de dezembro de 2009). Os valores dos contratos são atualizados monetariamente após a data do vencimento original (geralmente anual), cujo reajuste é calculado de acordo com a variação do IGP-M. Os compromissos consolidados de aluguel eram de R$142.420 em 31 de dezembro de 2010 (R$97.071 em 31 de dezembro de 2009). A posição consolidada dos compromissos assumidos é a seguinte:

	Consolidado
2011	39.899
2012	34.168
2013	26.760
2014	19.984
2015 em diante	21.609
	142.420

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2010, totalmente integralizado, é representado por 131.298.550 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal (126.160.780 em 31 de dezembro de 2009). A Sociedade está autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 150.000.000 de ações ordinárias.

Em Assembleia Geral Extraordinária - AGE de 19 de janeiro de 2009 foi aprovado o aumento de capital social da Sociedade no valor de R$130.170, mediante a emissão de 2.182.684 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscrito pelo acionista majoritário Integritas Participações S.A.

Notas Explicativas Demonstrações Financeiras Consolidadas

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGO/E de 24 de abril de 2009 foi aprovada a destinação do lucro no valor de R$41.963 apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 para a composição da reserva legal, no montante de R$2.098, dividendos de R$7.196, juros sobre o capital próprio de R$4.778 e o saldo restante destinado à rubrica “Reserva de lucros”.

Em Assembleia Geral Extraordinária - AGE, de 26 de novembro de 2009, foi aprovado o desdobramento da totalidade das ações da Sociedade, de modo que para cada ação ordinária nominativa, escritural e sem valor nominal, foi atribuído a seu titular 19 novas ações ordinárias, com os mesmos direitos e vantagens das ações pré-existentes. Desta forma, o capital social da Sociedade passou a ser representado por 91.908.980 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em Reunião de Conselho de Administração - RCA, de 15 de dezembro de 2009, foi aprovado o aumento de capital de R$548.029, mediante a emissão de 34.251.800 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, dentro do limite do capital autorizado, passando o mesmo de R$224.609 para R$772.638, provenientes da oferta pública inicial.

Em Reunião de Conselho de Administração - RCA, de 04 de janeiro de 2010, foi aprovada a distribuição de lote suplementar de 5.137.770 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, dentro do limite do capital autorizado, pelo preço de R$16,00 cada ação, resultando no aumento do capital social de R$ 82.204, passando de R$772.638 representado por 126.160.780 ações para R$854.842, representado por 131.298.550 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGO/E de 30 de abril de 2010, foi aprovada, do resultado de 2009, a destinação de R$4.179 para a composição da reserva legal, R$44.000 para dividendos, já distribuídos ao longo do exercício como dividendos intermediários e o saldo restante, R$36.563 destinado à Reserva de lucros para investimentos e expansão.

Dividendos e Juros sobre o capital próprio

Em 30 de agosto de 2010, foi realizada a distribuição antecipada de remuneração aos acionistas, sob a forma de juros sobre o capital próprio. O valor bruto distribuído de R$16.228, corresponde a R$0,12 por ação, com base na posição acionária de 11 de agosto de 2010.

Em 29 de dezembro de 2010, foi realizada a distribuição antecipada de remuneração aos acionistas, sob a forma de juros sobre o capital próprio. O valor bruto distribuído de R$23.772, corresponde a R$0,18 por ação, com base na posição acionária de 17 de dezembro de 2010.

Aos acionistas é assegurada a distribuição de 25% do lucro líquido apurado no encerramento de cada exercício social, ajustado nos termos da legislação societária na forma de dividendos mínimos obrigatórios.

Lucro líquido do exercício	130.001
(-) Reserva legal	(6.500)
Lucro a ser distribuído	123.501
Dividendos mínimos obrigatórios	30.875
Juros sobre o capital próprio pagos (R$36.483, líquidos do imposto de renda retido na fonte, equivalentes à R$0,30 por ação)	(40.000)
	83.501

A soma dos valores distribuídos a título de dividendos, pagos na forma de juros sobre o capital próprio, representa 31% de lucro líquido do exercício, atendendo ao disposto no artigo 202 da lei 6.404/76 e artigo 34 do estatuto social da Sociedade.

Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal, a distribuição de dividendos e a realização da reserva de reavaliação, está sendo constituída uma reserva de lucros para investimento e expansão no montante de R$84.466, conforme previsto no artigo 34 do estatuto social da Sociedade, destinada a cobrir parte dos investimentos definidos no orçamento de capital previsto para o exercício social de 2010.

Conforme o artigo 199 da Lei nº 6.404/76 o saldo dessa reserva não poderá ultrapassar o capital social da Sociedade.

Orçamento de capital proposto pela Administração

Em atendimento a instrução normativa nº 480/09, publicada pela CVM em 7 de dezembro de 2009, a seguir a Sociedade apresenta quadro demonstrativo do orçamento de capital previsto para o exercício social de 2011.

Condições de mercado, situações macroeconômicas e outros fatores operacionais, por envolverem riscos, incertezas e premissas, pode afetar as projeções e perspectivas de negócios e, consequentemente, o montante dos valores previstos nesse orçamento de capital.

Como uma das fontes de recursos para financiar os investimento previstos nesse orçamento de capital, a Administração está propondo a retenção do lucro líquido remanescente do exercício de 2010, no montante de R$84.466, totalizando em 31 de dezembro de 2010 o montante de R$155.270 na rubrica “Reserva para investimentos”.

Orçamento de capital - aplicação de recursos

	2011 - Projeção
Investimento em ativo fixo	
Máquinas e equipamentos	56.351
Sistemas de informática	52.491
Benfeitorias	49.652
Outros	15.630
	174.124

Demonstração dos resultados abrangentes

Não houve transações no patrimônio líquido, em todos os aspectos relevantes, que ocasionassem ajustes que pudessem compor a demonstração de resultados abrangentes.

21. PARTES RELACIONADAS

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Transações						
Com controlada-						
Receitas de prestação de serviços- NKB (b)	-	8.295	-	-	-	-
Fleury CPMA	77	531	-			
Com outras sociedades-						
Despesas com aluguel						
Transinc Serviços Médicos S.A. (a)	5.784	5.516	-	5.784	5.516	-
Saldos-						
Com controladas-						
Ativos e passivos não circulantes-						
Empréstimos a receber e adiantamentos para futuro aumento de capital:						
Laboratório Weinmann	-	3.870	-	-	-	-
Fleury CPMA (c)	7.568	2.261	1.730	-	-	-
NKB	-	-	39.648	-	-	-
	7.568	6.131	41.378	-	-	-

(a) A Transinc Serviços Médicos S.A. é uma empresa que detém e administra alguns imóveis utilizados pelo Fleury S.A., cujos acionistas são pessoas físicas que também participam da empresa controladora da Sociedade, Integritas Participações S.A. Os valores dos contratos de aluguel com essa entidade foram determinados com base em preços de mercado, apurados por consultores independentes e são atualizados monetariamente com base na média dos índices IGP-M, IPCA e INPC.

(b) Refere-se à prestação de serviços laboratoriais.

(c) Do total de R$7.568, R$2.339, referem-se a serviços de suporte administrativo prestados pelo Fleury à controlada, para os quais não há garantias e cujo risco de perda é considerado como remoto pela Sociedade e R$5.229 referem-se a adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC).

A remuneração dos administradores inclui salários e pró-labore no valor de R$5.536 e remuneração do Conselho de Administração de R$1.320 (respectivamente R$3.138 e R$1.152 em 31 de dezembro de 2009) e está contabilizada na rubrica “Despesas gerais e administrativas” nas demonstrações do resultado. A Sociedade não confere aos seus administradores benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho, tampouco benefícios de longo prazo.

A Sociedade registra provisão para participação nos resultados de empregados e administradores, a qual totalizou R$8.852 no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, sendo R$7.701 aos empregados e R$1.151 aos administradores (respectivamente R$11.142, R$9.727 e R$1.415 em 2009), registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

22. RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Análise da Receita Bruta:				
Abertura por tipo de serviço				
Exames análises clínicas	597.131	390.620	607.295	528.487
Exames centro de diagnóstico	293.823	244.127	302.361	263.181
Outros serviços	24.611	16.756	24.858	28.771
	915.565	651.503	934.514	820.439
Abertura por linha de negócio				
Unidades de atendimento	777.363	563.216	785.563	693.594
Operações hospitalares	82.558	49.788	92.237	62.165
Soluções em medicina diagnóstica	37.055	25.939	37.879	44.258
	896.976	638.943	915.679	800.017
Medicina preventiva	18.589	12.560	18.835	20.422
	915.565	651.503	934.514	820.439

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Reconciliação Receita Bruta-Líquida:				
Receita bruta	915.565	651.503	934.514	820.439
Cancelamentos	(9.138)	(883)	(9.365)	(1.662)
Impostos	(52.838)	(37.386)	(53.608)	(48.668)
Receita líquida	853.589	613.234	871.541	770.109

23. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Gastos gerais	(48.464)	(24.063)	(49.056)	(33.194)
Materiais e terceirizações	(93.849)	(71.323)	(96.646)	(98.389)
Pessoal e médicos	(249.943)	(156.492)	(259.464)	(215.878)
Serviços gerais, aluguéis e serviços públicos	(101.339)	(75.566)	(102.221)	(104.224)
	(493.595)	(327.444)	(507.387)	(451.685)

24. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Gastos gerais				
Depreciação e amortização	(31.626)	(24.967)	(32.972)	(30.982)
Serviços de consultoria	(25.786)	(28.001)	(25.822)	(33.161)
Promoções e Eventos	(16.952)	(9.860)	(17.005)	(11.677)
Serviços de telecomunicações	(3.723)	(4.782)	(3.765)	(5.663)
Outros	(18.375)	(14.219)	(19.248)	(15.555)
	(96.462)	(81.829)	(98.812)	(97.038)
Materiais e terceirizações	(1.280)	(709)	(1.526)	(839)
Pessoal e médicos	(79.239)	(60.508)	(80.463)	(71.659)
Serviços gerais, aluguéis e serviços públicos	(13.724)	(10.648)	(15.433)	(12.610)
	(190.705)	(153.694)	(196.234)	(182.146)

25. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Utilização de créditos fiscais (Lei 11.941) - (nota nº 17)	14.632	8.814	14.632	8.814
Benefício por redução de tributos - PREFIS (nota nº 17)	9.251	-	9.251	-
Ganho na participação em investimentos	-	359	-	359
Resultado líquido na baixa de ativos	(1.577)	(1.304)	(1.577)	(1.721)
Prescrição de impostos a recuperar	(7.662)	-	(7.662)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(13.833)	(3.828)	(13.837)	(9.613)
Outras	933	(178)	1.435	(419)
	1.744	3.863	2.242	(2.580)

26. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Receitas financeiras				
Juros recebidos de clientes	107	60	118	186
Aplicações financeiras	53.351	6.447	53.351	8.585
Variação cambial	2.363	4.060	2.363	4.857
Instrumentos financeiros derivativos	154	51	154	110
Outros	217	174	230	232
	56.192	10.792	56.216	13.970
Despesas financeiras				
Juros e variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	(19.182)	(15.226)	(19.252)	(25.076)
Juros e atualização monetária sobre provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	(2.824)	(3.071)	(2.848)	(3.157)
Juros pagos a fornecedores	(19)	(77)	(271)	(410)
Taxas e despesas bancárias	(2.558)	(859)	(2.600)	(1.358)
Variação cambial	(1.127)	(1.660)	(1.127)	(1.816)
Instrumentos financeiros derivativos	(1.002)	(269)	(1.001)	(791)
Outros	(2.429)	(1.855)	(2.412)	(2.606)
	(29.141)	(23.017)	(29.511)	(35.214)
	27.051	(12.225)	26.705	(21.244)

27. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTES E DIFERIDOS

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Provisão para riscos, tributários, trabalhistas e cíveis	40.033	38.396	43.036	40.033	41.571	46.690
Amortização do ágio indedutível até 31 de dezembro de 2008 e dedutível em períodos futuros	24.782	24.782	4.774	24.782	24.782	12.565
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	11.355	39.585	7.732	11.355	41.150	21.487
Provisão para participação nos resultados	8.846	11.136	10.624	8.846	11.136	10.624
Variação cambial ativa (passiva) líquida - tributada pelo regime de caixa	526	(189)	2.344	526	(189)	2.344
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social	-	21.854	-	-	21.854	8.092
Reserva de reavaliação	(4.761)	(6.223)	(7.988)	(4.761)	(6.223)	(7.988)
Efeitos da amortização de ágio para fins fiscais	(94.512)	(32.534)	-	(94.512)	(32.534)	-
Outros	929	5	3.760	929	3	5.139
Base de cálculo	(12.802)	96.812	64.282	(12.802)	101.550	98.953
Imposto de renda e contribuição social diferidos à alíquota combinada aproximada de 34%	(4.353)	32.916	21.856	(4.353)	34.527	33.644

Notas Explicativas Demonstrações Financeiras Controladas

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Distribuição						
Ativo não circulante	28.905	46.157	24.572	28.905	47.768	35.563
Passivo não circulante	(33.258)	(13.241)	(2.716)	(33.258)	(13.241)	(1.919)

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos no resultado do período são reconciliados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	194.166	125.308	195.310	127.096
Alíquota conjugada aproximada de IRPJ e CSLL	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL esperados	(66.016)	(42.605)	(66.405)	(43.213)
Efeito da não constituição de impostos diferidos em controladas	-	-	-	(5.346)
Baixa de prejuízos fiscais e base negativa por incorporação	-	-	-	(2.727)
Constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias de controladas incorporadas	-	6.259	-	6.259
Baixa de recebíveis indedutíveis	(7.513)	-	(7.513)	-
Despesas indedutíveis	(3.074)	(262)	(3.074)	(262)
Baixa de crédito prescrito	(2.864)	-	(2.864)	-
Equivalência patrimonial	(929)	(5.940)	-	-
Crédito de benefício por adesão ao REFIS IV	4.975	2.997	4.975	2.997
Juros sobre capital próprio	13.600	-	13.600	-
Outros	(2.343)	(2.180)	(4.028)	(1.227)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(64.164)	(41.731)	(65.309)	(43.519)
Corrente	(24.968)	(32.803)	(26.113)	(35.545)
Diferido	(39.196)	(8.928)	(39.196)	(7.974)

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com a Instrução CVM nº 371/02, a Sociedade estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias nos seguintes exercícios/períodos:

Exercício/período	Controladora e Consolidado
2011	2.890
2012	4.336
2013	5.781
2014	7.226
2015	8.672
	28.905

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

A Sociedade optou pelo RTT, instituído pela Medida Provisória nº 449/08, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/09, por meio do qual as apurações do IRPJ, da CSLL, da contribuição para o PIS e a COFINS, continuam a ser determinadas com base nos métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404/76, vigentes em 31 de dezembro de 2007.

Quando aplicável, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis advindas das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, foram registrados nas demonstrações financeiras da Sociedade.

28. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade é patrocinadora da entidade de previdência complementar denominada Itaú Vida e Previdência S.A., a qual objetiva, principalmente, complementar os benefícios previdenciários oficiais, sendo esse plano opcional a todos os empregados da Sociedade e da controlada Fleury CPMA, e administrado pela Itaú Vida e Previdência S.A.. O referido plano é de contribuição definida e durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 a Sociedade efetuou contribuições no montante de R$1.648 (R$1.438 no exercício findo em 31 de dezembro de 2009), debitadas integralmente na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Todos os empregados e dirigentes que mantenham vínculo empregatício ou de administração com a Sociedade ou o Fleury CPMA poderão participar do referido plano. A idade máxima para adesão ao plano é de 60 anos e a idade máxima de permanência é de 70 anos.

O participante do plano poderá efetuar contribuições básicas em percentual inteiro entre 1% e 5% do salário de participação, a serem pagas mensalmente, com valor mínimo de contribuição de R$20,00 (vinte reais). Além disso, o participante poderá efetuar contribuições voluntárias, a seu exclusivo critério, de periodicidade livre e valores acima de R$20,00 (vinte reais).

As contribuições da Sociedade e da controlada são efetuadas da seguinte forma:

Tempo de vínculo empregatício ou tempo de participação no programa	Contribuição da Sociedade
Menor ou igual a 4 anos	50% da contribuição básica do participante
De 5 anos a 9 anos	75% da contribuição básica do participante
Maior ou igual a 10 anos	100% da contribuição básica do participante

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Sociedade registrou despesas com assistência médica a seus empregados no valor total de R$16.694, sendo R$13.943 contabilizados na rubrica “Custo dos serviços prestados” e R$2.751 na rubrica “Despesas gerais e administrativas” (R$7.961, R$6.348 e R$1.613 respectivamente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2009).

Plano de opção de compra de ações

Na Assembleia Geral Extraordinária - AGE de 12 de novembro de 2009, foi aprovado o Plano de Opção de Compra de Ações da Sociedade, autorizando a outorga de opções de compra de ações a colaboradores selecionados pelo Conselho de Administração. As opções outorgadas no âmbito do plano estão limitadas a 3% do total das ações do capital social subscrito e integralizado da Sociedade.

Cada opção de compra dos empregados pode ser convertida em uma ação ordinária do Fleury S.A. no momento do exercício da opção, sendo que esta poderá ser exercida a qualquer momento a partir da data de aquisição de direito até 6 anos da data da outorga, quando expiram. Nenhum valor é pago ou será pago pelo beneficiário no ato do recebimento da opção. As opções não dão direito a dividendos ou ao voto, até seu efetivo exercício.

O Conselho de Administração da Sociedade é responsável por determinar, em cada outorga, os participantes do plano, bem como o número de ações a serem adquiridas no exercício de cada opção, o prazo de vigência, o preço de exercício, as condições de pagamento e demais condições.

O exercício total das opções poderá ser realizado em, no mínimo, quatro anos a contar da data de assinatura do contrato de opção, em parcelas assim definidas: (a) até 33% do total de ações objeto da opção a partir do final do segundo ano; (b) até 33%, descontadas as já exercidas, a partir do final do terceiro ano, ou até 66% do total das ações, descontadas as já exercidas; e (c) 34% restantes ou até 100% do total de ações a partir do quarto ano.

Em reunião do Conselho de Administração de 9 de fevereiro de 2010, foram outorgadas 552.625 opções de compra de ações e a indicação dos participantes. O preço do exercício das opções da primeira outorga foi fixado em R$16,00, equivalente ao preço estabelecido na primeira oferta pública primária de ações do Fleury e será atualizado monetariamente pela variação do IPCA.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Sociedade calculou e reconheceu uma despesa “pro-rata” desde a data da outorga, no valor de R$1.195, lançada integralmente à rubrica Despesas Gerais e Administrativas.

O preço de exercício das opções será baseado na média ponderada dos pregões do mês imediatamente anterior à assinatura do contrato de opção. Excepcionalmente para a primeira outorga, o preço de exercício das opções será equivalente ao preço por ação estabelecido no âmbito da primeira oferta pública primária de ações ordinárias de emissão da companhia (“IPO”).

A quantidade de opções cedidas corresponde à remuneração alvo para cada participante e cenários de valorização da ação previstos inicialmente entre 15% a 25% ao ano.

Os participantes terão o prazo máximo de 6 anos para exercer as opções, contados da data de outorga da opções.

Neste modelo (“Expected Growth”), não foi necessário estimar volatilidade ou taxa de juros livre de risco dado que estes fatores de risco já estão contemplados na estimativa de valorização da ação

Movimentação das opções de compra durante o exercício:

	Quantidade	Preço de exercício
Saldo no início do exercício	-	-
Concedidas durante o exercício	552,624	16,00
Prescritas por condições não atendidas durante o exercício	105,039	16,36
Saldo no fim do exercício	447.585	16,80

As opções em aberto no fim do exercício possuíam preço de exercício de R$16,80 não há opções exercíveis em 31 de dezembro de 2010.

29. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídas nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 6.

Informações suplementares

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Aquisição de controladas com pagamento diferido	-	32.744	7.857	32.744
Mútuos entre companhias capitalizados	-	8.077	-	-
Adiantamentos para futuro aumento de capital capitalizados	5.057	39.356	5.057	-
Imposto de renda na fonte sobre JSCP	3.518	-	3.518	-
Transferência de provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis para impostos e contribuições a recolher	-	26.625	-	31.029
Pagamento de multas e juros de impostos parcelados com créditos fiscais e benefício por redução de tributos	23.883	8.814	23.883	8.814

30. LUCRO POR AÇÃO

Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

	2010	2009
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	130.001	83.577
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas	131.298.550	90.923.373
Média ponderada da quantidade de ações em tesouraria	-	-
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	131.298.550	90.923.373
Lucro básico por ação - R$	0,99	0,92

Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Sociedade teve ações ordinárias potenciais diluidoras em circulação durante o período conforme relativo ao Plano de Opção de Compra de Ações da Sociedade, como segue:

	2010	2009
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	130.001	83.577
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	131.298.550	90.923.373
Ajuste por opções de compra de ações	77.560	-
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias para o lucro por ação diluído	131.376.110	90.923.373
Lucro diluído por ação - R$	0,99	0,92

31. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Administração efetua análises do Grupo baseada em dois segmentos de negócios relevantes: (i) Medicina Diagnóstica e (ii) Medicina Integrada. Os segmentos apresentados nas demonstrações financeiras são unidades de negócio estratégicas que oferecem produtos e serviços distintos. As vendas entre segmentos são feitas a preços semelhantes àqueles que poderiam ser praticados com terceiros.

	2010			2009		
	Medicina diagnóstica (MD)	Medicina integrada (MI)	Consolidado	Medicina diagnóstica (MD)	Medicina integrada (MI)	Consolidado
Receita líquida	**736.572**	**134.969**	**871.541**	**653.929**	**116.180**	**770.109**
Resultado do segmento	**188.361**	**13.216**	**201.577**	**167.020**	**12.302**	**179.322**
Depreciação e amortização	-	-	(32.972)	-	-	(30.982)
Resultado financeiro	-	-	26.705	-	-	(21.244)
Lucro líquido antes dos impostos	-	-	195.310	-	-	127.096
Ativo total			1.335.430			1.263.393
O ativo total inclui						
Ágio	278.107	9.990	288.097	278.194	-	278.194
Marca	7.989	1.708	9.697	8.453	-	8.453
Ativos não alocados			1.037.636			976.746
Passivo total			316.365			417.162

Os ativos e passivos do Grupo Fleury, exceto o valor do ágio e as marcas adquiridas, não são utilizados no processo de tomada de decisões dos segmentos de negócio.

32. COBERTURA DE SEGUROS

A Sociedade e suas controladas mantêm política de efetuar cobertura de seguros de forma global para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos, lucros cessantes e/ou responsabilidades, por valores suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades e de acordo com a avaliação da Administração e de seus consultores especializados. O prêmio líquido das apólices de seguros vigentes em 31 de dezembro de 2010 é de aproximadamente R$879. Os contratos possuem prazo de vigência substancialmente até os meses de agosto e de outubro de 2011. A seguir, o limite máximo da importância segurada (LMI) das principais coberturas de seguro em 31 de dezembro de 2010:

	Consolidado
Riscos nomeados	R$ 130.072
Responsabilidade civil geral	R$ 2.000
Responsabilidade civil profissional	R$ 3.500
Responsabilidade civil profissional - diretores e administradores	R$ 30.000
Transporte internacional - importação	US$ 1.200

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 03 de fevereiro de 2011, a Sociedade assinou instrumento para a aquisição da totalidade das quotas da empresa Diagnoson Ultrasonografia e Densitometria Óssea S/S Ltda. (“Diagnoson”), empresa de medicina diagnóstica referência na realização de diagnósticos por imagem na cidade de Salvador, Estado da Bahia. A conclusão da transação está prevista para ocorrer até o fim de maio de 2011, após o desmembramento de ativos da Diagnoson, e deverá ser submetida à aprovação por parte do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. A receita bruta estimada para o exercício de 2010 é de R$27.400 (informação não auditada pelos auditores independentes). O valor total da aquisição é de R$53.200, podendo ter um valor adicional de até R$8.000 condicionado ao alcance de metas (“earn-out”) de receita líquida e margem operacional no período entre 2011 a 2013. A Sociedade procederá às alocações do preço de compra aos ativos e passivos adquiridos e determinação de eventuais ágios, que possam resultar dessas transações, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 15 - Combinação de Negócio.

Em 15 de dezembro de 2010, a Sociedade firmou com os sócios do Labs D’or um Memorando de Entendimentos em que estabelecem os principais termos e condições acordados para eventual assunção dos ativos de medicina diagnóstica do Labs D’or. A consumação da transação está sujeita, dentre outras condições estabelecidas no Memorando de Entendimentos, ao resultado satisfatório de Due Diligence. Atualmente o processo encontra-se em fase de Due Diligence.

34. EFEITOS DA ADOÇÃO INICIAL DOS NOVOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS CPCs

Aplicação dos novos pronunciamentos CPCs

As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras apresentadas de acordo com os novos pronunciamentos contábeis CPCs. O Grupo aplicou as práticas contábeis definidas na nota explicativa nº 2 em todos os períodos apresentados, o que inclui o balanço patrimonial na data de transição, definida como 1º de janeiro de 2009. Na adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis CPCs, convergentes ao IFRS, a Sociedade segue as premissas definidas no CPC 37(R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade e CPC 43 - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41.

Na mensuração dos ajustes nos saldos de abertura e preparação do balanço patrimonial na data de transição, a Sociedade aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva previstas no CPC 37(R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, conforme descrito abaixo.

Combinações de negócios

O Grupo aplicou a isenção de combinação de negócios descrita no CPC37 e, assim, não reapresentou as combinações de negócios que ocorreram antes de 1º de Janeiro de 2009, data de transição.

As principais combinações de negócios efetuadas pelo Grupo antes da data de transição foram Campana e NKB nos exercícios 2008 e 2004, respectivamente. Os ágios gerados destas combinações de negócios foram testados para perda por redução ao valor recuperável na data de transição.

Valor justo como custo atribuído de bens do imobilizado

O Grupo optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído na data de transição, considerando que: (i) o ativo imobilizado do Grupo é segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais; (ii) o serviço em que o Grupo opera é significativamente impactada pelo desenvolvimento tecnológico, o que requer da administração revisão frequente dos valores recuperáveis; e (iii) as práticas contábeis adotadas no registro dos bens do ativo imobilizado eram consistentes com as emendas do CPC 27 - Ativo Imobilizado.

Exceção das estimativas

O Fleury aplicou a exceção obrigatória para a aplicação retroativa dos IFRSs referente a estimativas. As estimativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras de acordo com o novo padrão contábil em 1° de janeiro de 2009 são consistentes com as estimativas realizadas para essas mesmas datas em conformidade com o BR GAAP anterior.

Conciliações para as práticas contábeis anteriores

A transição para os novos pronunciamentos contábeis emitidos pelos CPCs resultou nas seguintes mudanças de práticas contábeis:

34.1. Combinações de negócios

De acordo com as práticas contábeis anteriores, o ágio era calculado pela diferença entre o valor de aquisição e o patrimônio líquido contábil da entidade adquirida, sendo atribuído a mais valia de ativos, rentabilidade futura ou outros motivos.

A nota explicativa nº 4 descreve as combinações de negócios ocorridas após a data de transição. Estas combinações de negócios tiveram o seguinte impacto no balanço do Grupo:

O ajuste a valor presente da contraprestação transferida resultou em uma redução, na data de aquisição, de R$1.496 (R$968 em 31 de dezembro de 2009) na contabilização do valor justo da contraprestação transferida.

A análise de reconhecimento e mensuração de ativos adquiridos e passivos assumidos resultou nos seguintes ajustes no valor contábil da adquirida:

- Ativo não reconhecido anteriormente pela adquirida - Intangível Marcas e Patentes com vida útil de 25 anos: Weinmann (R$6.529);

- Ativo não reconhecido anteriormente pela adquirida - Intangível Marcas e Patentes com vida útil de 10 anos: Faillace (R$1.117);

- Ativo não reconhecido anteriormente pela adquirida - Intangível Marcas e Patentes com vida útil de 10 anos: CMRJ (R$915);

O efeito dessa mudança é um aumento nos ativos adquiridos consolidados de R$10.298 na data de aquisição (R$8.453 em 31 de dezembro de 2009) e aumento da despesa de amortização no exercício 2009 de R$108.

Em consequência do aumento dos ativos adquiridos o ágio e o ajuste a valor presente da contraprestação adquirida o ágio das combinações de negócios foi reduzido em R$11.794 na data de aquisição (R$9.421 em 31 de dezembro de 2009). O ágio resultante dessas compras é atribuível às sinergias e economias de escala esperadas da combinação de operações das empresas.

34.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Reclassificação dos valores apresentados no ativo circulante e passivo circulante para ativo não circulante e passivo não circulante.

34.3. Aquisição de participação de não controladores

De acordo com as práticas contábeis anteriores, as transações com não controladores eram consideradas aquisições. O ágio das aquisições de participação de não controladores era calculado pela diferença entre o valor de aquisição e a participação no patrimônio líquido contábil da adquirida.

Durante o exercício de 2009, seis transações (na totalidade aquisição de 4,67% da NKB) resultaram em aquisições de participação de não controladores. O valor pago nestas transações foi de R$ 9.389, resultando na contabilização de ágio no valor de R$ 7.262.

A aplicação dos CPCs requer que a diferença entre a contraprestação transferida e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Como resultado houve a reclassificação de R$7.262 da rubrica “intangível” para “patrimônio líquido”.

Balanço patrimonial em 1 de janeiro de 2009

		Controladora			Consolidado		
	Ref.	Apresentado	Ajustes e reclassi-ficações	Ajustado	Apresentado	Ajustes e reclassi-ficações	Ajustado
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa		12.282	-	12.282	18.401	-	18.401
Instrumentos financeiros derivativos		850	-	850	1.530	-	1.530
Contas a receber		64.611	-	64.611	107.254	-	107.254
Estoques		6.976	-	6.976	11.850	-	11.850
Impostos a recuperar		6.479	-	6.479	12.346	-	12.346
Despesas do exercício seguinte		510	-	510	342	-	342
Imposto de renda e contribuição social diferidos	34.2	4.457	(4.457)	-	4.248	(4.248)	-
Outros		3.282	-	3.282	6.918	-	6.918
Total do ativo circulante		99.447	(4.457)	94.990	162.889	(4.248)	158.641
Não Circulante							
Realizável a longo prazo:							
Partes relacionadas		41.378	-	41.378	-	-	-
Contas a receber		-	-	-	50	-	50
Impostos a recuperar		366	-	366	15.461	-	15.461
Depósitos judiciais		9.924	-	9.924	10.928	-	10.928
Imposto de renda e contribuição social diferidos	34.2	20.115	4.457	24.572	31.315	4.248	35.563
Títulos e valores mobiliários		-	-	-	534	-	534
Outros		16	-	16	3.488	-	3.488
Total do realizável a longo prazo		71.799	4.457	76.256	61.776	4.248	66.024
Investimentos		26.288	21.604	47.892	-	-	-
Imobilizado		117.553	-	117.553	152.457	-	152.457
Intangível		66.256	(21.604)	44.652	239.638	-	239.638
Total do ativo não circulante		281.896	4.457	286.353	453.871	4.248	458.119
Total do Ativo		381.343	-	381.343	616.760	-	616.760

Notas Explicativas

Fleury S.A. e Empresas Controladas

	Ref.	Controladora			Consolidado		
		Apresentado	Ajustes e reclassi-ficações	Ajustado	Apresentado	Ajustes e reclassi-ficações	Ajustado
Passivo e Patrimônio Líquido							
Circulante							
Empréstimos e financiamentos		19.162	-	19.162	52.611	-	52.611
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Fornecedores		25.279	-	25.279	46.773	-	46.773
Salários e encargos a recolher		26.321	-	26.321	35.481	-	35.481
Imposto de renda e contribuição social		7.722	-	7.722	10.796	-	10.796
Imposto de renda e contribuição social diferidos	34.2	610	(610)	-	1.318	(1.318)	-
Impostos e contribuições a recolher		4.399	-	4.399	25.341	-	25.341
Contas a pagar - aquisição de empresas		8.030	-	8.030	21.112	-	21.112
Outras contas a pagar		46	-	46	117	-	117
Total do passivo circulante		91.569	(610)	90.959	193.549	(1.318)	192.231
Não Circulante							
Empréstimos e financiamentos		66.689	-	66.689	124.949	-	124.949
Imposto de renda e contribuição social diferidos	34.2	2.106	610	2.716	601	1.318	1.919
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis		41.382	-	41.382	57.896	-	57.896
Impostos e contribuições a recolher		12.068	-	12.068	61.800	-	61.800
Contas a pagar - aquisição de empresas		16.856	-	16.856	25.780	-	25.780
Outros		-	-	-	346	-	346
Total do passivo não circulante		139.101	610	139.711	271.372	1.318	272.690
Participação dos Minoritários		-	-	-	1.166	-	1.166
Patrimônio Líquido							
Capital social		94.439	-	94.439	94.439		94.439
Reserva de capital		1	-	1	1	-	1
Reserva de reavaliação		5.272	-	5.272	5.272	-	5.272
Reserva legal		9.458	-	9.458	9.458	-	9.458
Reservas de lucros		41.503	-	41.503	41.503	-	41.503
Total do patrimônio líquido		150.673	-	150.673	150.673	-	150.673
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		381.343	-	381.343	616.760	-	616.760

Notas Explicativas Demonstrações Financeiras Controladas

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2009

	Ref.	Controladora			Consolidado		
		Apresentado	Ajustes e reclassi-ficações	Ajustado	Apresentado	Ajustes e reclassi-ficações	Ajustado
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa		526.735	-	526.735	527.828	-	527.828
Contas a receber		135.142	-	135.142	152.596	-	152.596
Estoques		9.116	-	9.116	12.450	-	12.450
Impostos a recuperar		15.693	-	15.693	16.307	-	16.307
Despesas do exercício seguinte		1.617	-	1.617	1.837	-	1.837
Imposto de renda e contribuição social diferidos	34.2	11.217	(11.217)	-	11.217	(11.217)	-
Outros		8.035	-	8.035	8.650	-	8.650
Total do ativo circulante		707.555	(11.217)	696.338	730.885	(11.217)	719.668
Não Circulante							
Realizável a longo prazo:							
Partes relacionadas		6.131	-	6.131	-	-	-
Contas a receber		63	-	63	63	-	63
Impostos a recuperar		15.109	-	15.109	15.109	-	15.109
Depósitos judiciais		3.657	-	3.657	3.657	-	3.657
Imposto de renda e contribuição social diferidos	34.2	34.940	11.217	46.157	36.551	11.217	47.768
Outros		1.893	(55)	1.838	1.893	-	1.893
Total do realizável a longo prazo		61.793	11.162	72.955	57.273	11.217	68.490
Investimentos		10.323	54.089	64.412	246	-	246
Imobilizado		148.816	-	148.816	158.246	-	158.246
Intangível	34.1 e 34.3	316.796	(62.372)	254.424	317.819	(8.338)	309.481
Total do ativo não circulante		537.728	2.879	540.607	533.584	2.879	536.463
Total do Ativo		1.245.283	(8.338)	1.236.945	1.264.469	(8.338)	1.256.131
Passivo e Patrimônio Líquido							
Circulante							
Empréstimos e financiamentos		37.975	-	37.975	39.424	-	39.424
Instrumentos financeiros derivativos		13	-	13	13	-	13
Fornecedores		39.692	-	39.692	44.239	-	44.239
Salários e encargos a recolher		37.648	-	37.648	40.858	-	40.858
Imposto de renda e contribuição social		970	-	970	970	-	970
Imposto de renda e contribuição social diferidos	34.2	590	(590)	-	590	(590)	-
Impostos e contribuições a recolher		19.322	-	19.322	19.682	-	19.682
Contas a pagar - aquisição de empresas		35.187	-	35.187	35.187	-	35.187
Outras contas a pagar		702	-	702	5.672	-	5.672
Total do passivo circulante		172.099	(590)	171.509	186.635	(590)	186.045
Não Circulante							
Empréstimos e financiamentos		92.608	-	92.608	92.834	-	92.834
Imposto de renda e contribuição social diferidos	34.2	12.651	590	13.241	12.651	590	13.241
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis		15.587	-	15.587	17.183	-	17.183
Impostos e contribuições a recolher		72.228	-	72.228	74.996	-	74.996
Contas a pagar - aquisição de empresas	34.1	32.607	(968)	31.639	32.607	(968)	31.639
Outros		1.164	-	1.164	1.224	-	1.224
Total do passivo não circulante		226.845	(378)	226.467	231.495	(378)	231.117
Participação dos Minoritários		-		-	-	-	-

Notas Explicativas

		Controladora			Consolidado		
	Ref.	Apresentado	Ajustes e reclassi-ficações	Ajustado	Apresentado	Ajustes e reclassi-ficações	Ajustado
Patrimônio Líquido							
Capital social		750.420	-	750.420	750.420	-	750.420
Reserva de capital		1	-	1	1	-	1
Reserva de reavaliação		4.107	-	4.107	4.107	-	4.107
Reserva legal	34.1	13.643	(6)	13.637	13.643	(6)	13.637
Reservas de lucros	34.1, 34.2 e 34.3	78.168	(7.364)	70.804	78.168	(7.364)	70.804
Total do patrimônio líquido		846.339	(7.370)	838.969	846.339	(7.370)	838.969
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.245.283	(8.338)	1.236.945	1.264.469	(8.338)	1.256.131

Demonstração do Resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009

		Controladora			Consolidado		
	Ref.	Apresentado	Ajustes e reclassi-ficações	Ajustado	Apresentado	Ajustes e reclassi-ficações	Ajustado
Receita líquida		613.234	-	613.234	770.109	-	770.109
Custo dos serviços prestados		(327.444)	-	(327.444)	(451.685)	-	(451.685)
Lucro bruto		285.790	-	285.790	318.424	-	318.424
Gerais e administrativas	34.1	(153.586)	(108)	(153.694)	(182.038)	(108)	(182.146)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		3.863	-	3.863	(2.580)	-	(2.580)
Reversão de (provisão para) riscos tributários, trabalhistas e cíveis		19.045	-	19.045	14.642	-	14.642
Equivalência patrimonial		(17.471)	-	(17.471)	-	-	-
Lucro operacional		137.641	(108)	137.533	148.448	(108)	148.340
Resultado financeiro		(12.225)	-	(12.225)	(21.244)	-	(21.244)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		125.416	(108)	125.308	127.204	(108)	127.096
Imposto de renda e contribuição social							
Correntes		(32.803)	-	(32.803)	(35.545)	-	(35.545)
Diferidos		(8.928)	-	(8.928)	(7.974)	-	(7.974)
Lucro líquido do exercício		83.685	(108)	83.577	83.685	(108)	83.577

Resumo dos efeitos no patrimônio líquido

		Controladora		Consolidado	
	Ref.	01/01/2009	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2009
Patrimônio líquido reportado de acordo com as práticas contábeis anteriores		**150.673**	**846.339**	**150.673**	**846.339**
Ajustes:					
Combinações de negócios	34.1	-	(108)	-	(108)
Aquisição de participação de não controladores	34.3	-	(7.262)	-	(7.262)
Total ajustes		**-**	**(7.370)**	**-**	**(7.370)**
Patrimônio líquido de acordo com os CPCs/IFRS		**150.673**	**838.969**	**150.673**	**838.969**

Notas Explicativas Demonstrações Financeiras Controladas

Resumo dos efeitos no lucro líquido

	Ref.	Controladora 2009	Consolidado 2009
Lucro líquido reportado de acordo com as práticas contábeis anteriores		**83.685**	**83.685**
Ajustes-			
Combinações de negócios	34.1	(108)	(108)
Total ajustes		**(108)**	**(108)**
Lucro líquido de acordo com os CPCs/IFRS		**83.577**	**83.577**

Proposta de Orçamento de Capital



Orçamento de Capital Proposto pela Administração

Em atendimento à Instrução Normativa 480/09, publicada pela CVM na data de 07 de dezembro de 2009, a Sociedade apresenta abaixo, quadro demonstrativo do orçamento de capital previsto para o exercício social de 2011.

Condições de mercado, situações macro-econômicas e outros fatores operacionais, por envolverem riscos, incertezas e premissas, podem afetar as projeções e perspectivas de negócios e, conseqüentemente, o montante dos valores previstos neste orçamento de capital.

Como uma das fontes de recursos para financiar os investimentos previstos neste orçamento de capital, a Administração está propondo a retenção de 65% do lucro líquido do exercício de 2010 no montante de R$ 84,5 milhões, **totalizando em 31 de dezembro de 2010 o montante de R$ 162,5 milhões na conta de Reserva de Lucros para Investimentos e Expansão**.

A diferença entre os recursos necessários para Investimentos (conforme demonstrado abaixo) e o montante disponível na conta de Reserva de Lucros será financiada pela geração operacional de caixa durante o ano de 2011.

Orçamento de Capital - Aplicação de Recursos

Projeção de Investimentos em Ativo Fixo (R$ mil)	2011
Benfeitorias	49.652
Máquinas e Equipamentos	56.351
Sistemas de Informática	52.491
Outros	15.630
Total	174.124

São Paulo, 22 de Fevereiro de 2011

Conselho de Administração

Aparecido Bernardo Pereira
Presidente do
Conselho de Administração

José Gilberto Henriques Vieira
Vice-Presidente do
Conselho de Administração

Ewaldo Mário Kuhlmann Russo
Conselheiro

Mauro Silvério Figueiredo
Conselheiro

Milton Almicar Silva Vargas
Conselheiro

Márcio Serôa de Araújo Coriolano
Conselheiro

Proposta de Orçamento de Capital



Marcelo Pereira Malta de Araújo
Conselheiro

Luiz Carlos Vaini
Conselheiro

José Paschoal Rossetti
Conselheiro

Diretoria

Mauro Silvério Figueiredo
Presidente

Fábio Tadeu Marchiori Gama
Diretor Executivo de Finanças

Omar Magid Hauache
Diretor Executivo de Medicina Integrada

Maria Lúcia Cardoso Gomes Ferraz
Diretora Executiva de Pessoas

Wilson Leite Pedreira Junior
Diretor Executivo de Medicina Diagnóstica

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Legislação Societária
Data-Base – 31/12/2010

02188-1 FLEURY S/A **60.840.055/0001-31**

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Distribuição do Capital Social até o nível de Pessoa Física dos Detentores de 5% das ações de cada espécie ou classe – Posição em 31/12/2010

	Ações ordinárias		Posição em 31/12/2010	
Acionista	Quantidade	%	Quantidade	%
Integritas Participações S.A.	89.506.029	68,17	89.506.029	68,17
Outros	41.792.521	31,83	41.792.521	31,83
Total	**131.298.550**	**100,00**	**131.298.550**	**100,00**

Distribuição do Capital Social do Acionista Controlador (Integritas Participações S.A.)

	Ações Ordinárias		Posição em 31/12/2010	
Acionista	Quantidade	%	Quantidade	%
Core Participações Ltda	87.373.818	79,46	87.373.818	79,46
Bradseg Participações Ltda	22.581.436	20,54	22.581.436	20,54
Conselho de Administração	5	0,00	5	0,00
Total	**109.955.259**	**100,00**	**109.955.259**	**100,00**

Distribuição do Capital Social de Core Participações Ltda.

	Quotas		Posição em 31/12/2010	
Quotistas	Quantidade	%	Quantidade	%
Dr. Gilberto Alonso	4.264.778	6,72	4.264.778	6,72
Dr. Paulo G. Leser	4.112.542	6,48	4.112.542	6,48
Dr. Caio M.F. Mendes	4.173.839	6,58	4.173.839	6,58
Dr. Luiz Roberto F. Martins	4.096.265	6,45	4.096.265	6,45
Dr. José Gilberto H. Vieira	4.157.408	6,55	4.157.408	6,55
Dr. Ewaldo. M. K. Russo	4.140.260	6,52	4.140.260	6,52
Dr. Rui M. B. Maciel	4.103.427	6,46	4.103.427	6,46
Dr. Aparecido B. Pereira	4.070.447	6,41	4.070.447	6,41
Dr. Celso F. H. Granato	3.787.188	5,97	3.787.188	5,97
Dra. Maria Hsu Rocha	3.770.660	5,94	3.770.660	5,94
Dra. Maria Lúcia C. G. Ferraz	3.584.765	5,65	3.584.765	5,65
Outros	19.211.328	30,27	19.211.328	30,27
Total	**63.472.907**	**100,00**	**63.472.907**	**100,00**

Distribuição do Capital Social da Bradseg Participações Ltda.
É uma sociedade limitada, controlada diretamente pelo Banco Bradesco S.A. (instituição financeira de capital aberto, cujas ações são listadas e negociadas na BM&FBovespa)

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Legislação Societária
Data-Base – 31/12/2010

02188-1 FLEURY S/A **60.840.055/0001-31**

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

	Quotas		Posição em 31/12/2010	
Quotistas	Quantidade	%	Quantidade	%
Banco Bradesco S.A.	7.456.226.261	100,00	7.456.226.261	100,00
Bradesplan Participações Ltda.	1	0,00	1	0,00
Total	**7.456.226.262**	**100,00**	**7.456.226.262**	**100,00**

Posição Consolidada dos Controladores, Diretores, Membros Conselho de Administração e Membros do Conselho Fiscal

	Ações ordinárias		Posição em 31/12/2010	
Acionista	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionista Controlador	89.506.029	68,17	89.506.029	68,17
Administradores	11	0,00	11	0,00
Conselho de Administração	11	0,00	11	0,00
Diretores	0	0,00	0	0,00
Outros	41.792.510	31,83	41.792.510	31,83
Total	**131.298.550**	**100,00**	**131.298.550**	**100,00**
Ações em Circulação	41.792.510	31,83	41.792.510	31,83

Obs. O Conselho Fiscal não está instalado.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente -

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Aos Administradores e Acionistas da Fleury S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Fleury S.A. (“Sociedade”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estejam livres de distorção relevante.
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fleury S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fleury S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercícioindo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs), emitidas pelo IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa nº 2.1., as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Fleury S.A., essas práticas diferem das IFRSs, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRS seria feita pelo método do custo ou valor justo.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira, e como informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da demonstração do valor adicionado. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Maurício Pires de Andrade Resende
Contador
CRC nº 1 MG 049699/O-2 “T” SP

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM número 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2010, autorizando sua conclusão nessa data.

São Paulo, 22 de Fevereiro de 2011.

Diretoria
Mauro Silvério Figueiredo - Presidente
Fábio Tadeu Marchiori Gama - Diretor Executivo de Finanças e Relações com Investidores
Maria Lúcia Cardoso Gomes Ferraz - Diretora Executiva de Pessoas
Omar Magid Hauache - Diretor Executivo de Medicina Integrada
Wilson Leite Pedreira Junior- Diretor Executivo de Medicina Diag

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM número 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o conteúdo e opinião expressos no parecer dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício de 2010, emitido em 22 de fevereiro de 2011.

São Paulo, 22 de Fevereiro de 2011

Diretoria
Mauro Silvério Figueiredo - Presidente
Fábio Tadeu Marchiori Gama - Diretor Executivo de Finanças e Relações com Investidores
Maria Lúcia Cardoso Gomes Ferraz - Diretora Executiva de Pessoas
Omar Magid Hauache - Diretor Executivo de Medicina Integrada
Wilson Leite Pedreira Junior- Diretor Executivo de Medicina Diagnóstica